Eduardo Steindorf Saraiva
Jodéli Fabiana Dreissig
Lívia Pacheco da Cruz
Mario Luiz Soares de Freitas
Nina Acacio
(Organizadores)

Transfobia Ambiental

a exclusão veio antes da água

Pedro & João editores

Transfobia Ambiental:
a exclusão veio antes da água

Pedro & João editores
20 anos

Eduardo Steindorf Saraiva
Jodéli Fabiana Dreissig
Lívia Pacheco da Cruz
Mario Luiz Soares de Freitas
Nina Acacio
(Organizadores)

Transfobia Ambiental: a exclusão veio antes da água

Pedro & João editores
20 anos

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Eduardo Steindorf Saraiva; Jodéli Fabiana Dreissig; Lívia Pacheco da Cruz; Mario Luiz Soares de Freitas; Nina Acacio [Orgs.]

Transfobia Ambiental: a exclusão veio antes da água. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 143p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2194-6 [Digital]

1. Crise climática. 2. Justiça ambiental. 3. Pessoas transgênero e travesti. 4. Transfobia ambiental. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta
Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828
Revisão: Lourdes Kaminski
Diagramação: Diany Akiko Lee
Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).

Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2025

Dedicamos esse livro a todas as pessoas trans e travestis que já passaram, que permanecem e virão. Dedicamos à todas as pessoas afetadas pelas enchentes de maio e junho de 2024 no Rio Grande do Sul. Também dedicamos aos voluntários, às redes comunitárias de ajuda. Que momentos como estes não sejam esquecidos!

AGRADECIMENTOS

A concepção, organização e escrita de um livro é um trabalho coletivo. Envolve diferentes mãos, sujeitos, formas de atenção e corporalidades. Por essa razão, e pela conjuntura de construção desse compilado de ideias, histórias e perspectivas, alguns agradecimentos são imprescindíveis de serem (re)feitos.

Agradecemos ao Fundo Positivo LGBTQIA+ pelo financiamento dos projetos que fomentaram/fomentam diferentes olhares sobre pessoas trans e travestis em momentos de crise ambiental e climática. As fagulhas geradas pela atuação do projeto, em parceria com diferentes pessoas, entidades do movimento social e instituições públicas, durante seus meses de realização têm potencial de gerar outros tantos encontros, alianças e possibilidades de (re)pensar futuros.

Agradecemos, imensamente, a cada uma das autorias deste livro. A contribuição de vocês é de grande importância para as pesquisas sobre os temas aqui apresentado, além de criar espaço para outros diálogos e para que diferentes pessoas conheçam vocês. Essa foi a ideia central das atividades realizadas, desde o Seminário aos encontros regionais, a de propor espaços de escuta, de conversa e de formação de redes.

Assim, também agradecemos as diferentes pessoas que colaboraram com esse projeto e que, ao longo dos meses de atividades desenvolvidas, compartilharam suas histórias e vivências sobre as enchentes de 2024, no Rio Grande do Sul. As parcerias formadas, em diferentes cidades, apontam para a importância de uma discussão mais ampla sobre justiça climática e pessoas trans e travestis. Agradecemos, em especial, a cada pessoa que colaborou na construção de uma rede de debates, mas também de aliança na luta contra múltiplas formas de desigualdade.

PREFÁCIO

"JUSTIÇA CLIMÁTICA E TRANSFOBIA AMBIENTAL"

Olá, meu nome é Déborah Sabará, estou atualmente como coordenadora de ações e projetos da Associação GOLD – Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade, que neste ano completa 20 anos de existência. Desde que assumi a GOLD, venho me dedicando à construção de uma associação atenta e propositiva, voltada não apenas aos direitos humanos, mas também às pautas ambientais.

Pensamos em estar à frente, ser exemplo e sinalizar, para outras instituições e para a sociedade, que também é papel da população LGBT+ atentar-se às questões climáticas e ambientais. Afinal, essas questões afetam o planeta como um todo, mas de forma mais intensa e brutal atingem as populações mais vulnerabilizadas: a população trans, as comunidades periféricas, pessoas em privação de liberdade, sem acesso à moradia ou renda.

Nesse espírito, iniciamos dentro da GOLD, um processo de debates sobre as questões climáticas. Esse desejo não é novo em mim. Desde criança, sempre me interessei pelas questões do meio ambiente. Na adolescência, meu envolvimento com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica me aprofundou ainda mais nessa temática. Conhecer histórias como as de Paulo Vinha, Chico Mendes e Irmã Dorothy, reforçou em mim a importância da defesa ambiental.

Com o tempo, compreendi que proteger os povos indígenas e seus territórios era essencial para preservar os conhecimentos ancestrais e a natureza. E, essa paixão foi se desdobrando em outras expressões. Como artista no carnaval, sempre busquei levar esse debate para a avenida. Fantasias recicladas não são sinônimos de feiura, pelo contrário, são expressões de consciência.

Assumir a presidência da GOLD me desafiou a pensar os direitos humanos em sua transversalidade. Falar de saúde,

escolarização, moradia, meio ambiente, lazer, liberdade e sexualidade é defender os direitos humanos. Assim, dentro da associação, passamos a propor projetos e ações, mesmo que simbólicas, como a separação de lixo seco e orgânico. Ainda que a coleta seletiva não funcione efetivamente em nossa cidade, entendemos que nossa parte deve ser feita.

Como coordenadora, procurei fortalecer ações ambientais, entendendo que tragédias climáticas exigem posicionamento. Muitas vezes, essas iniciativas não são bem recebidas, algumas pessoas acham desnecessárias. Mas seguimos firmes. Aprendi o conceito de racismo ambiental e percebi que, muitas vezes, ele facilita a compreensão sobre desigualdades estruturais, mais até do que debates históricos sobre escravidão ou o apagamento da população preta. Como pessoa branca, entendi a importância de pautar o antirracismo e, a partir disso, comecei a refletir sobre a transfobia ambiental.

Com apoio do Fundo Positivo, transpus o conceito de racismo ambiental para refletir a realidade das mulheres trans pretas no Brasil, que sofrem violências ainda mais brutais do que as mulheres trans brancas. Os dados mostram isso: nas prisões, nas ruas, nas universidades. Essa interface é dura, mas necessária. Assim nasceu o Primeiro Seminário Nacional de Transfobia Ambiental, realizado no Espírito Santo. Inicialmente planejado para durar um dia e meio, o evento se transformou em uma semana intensa de debates, culminando com a parada LGBT.

O seminário, realizado pela GOLD, nos mostrou a potência de um projeto que busca a interseccionalidade. Começamos discutindo pessoas trans em privação de liberdade, ampliamos para população de rua, comunidades indígenas, e chegamos a experiências em cooperativas de reciclagem. Encontramos por todo o Brasil pessoas trans protagonistas da pauta ambiental, e reuni-las foi essencial.

Elas precisavam saber que não estavam sozinhas. Apesar das realidades diferentes, há uma luta em comum por justiça ambiental.

A celebração da parada LGBT trouxe também a pauta ambiental. Um momento marcante foi parar o trio elétrico em frente à rodoviária

da Grande Vitória e plantar mudas de pau-brasil — um gesto simbólico e potente. Travestis indígenas, movimentos de mulheres, das vias campesinas e do MST participaram. Isso demarcou um momento inesquecível para a GOLD.

Reafirmamos: o meio ambiente deve ser pauta de todas as instituições. Não é responsabilidade só da população LGBT. Ao final da semana de debates, fizemos um compromisso de reaproveitar materiais, evitar cartazes, reutilizar sempre que possível. Nossa meta é que 99% dos recursos usados possam ser reaproveitados.

Seguimos sonhando com mais: enfrentamos eventos extremos, como enchentes e secas, que trazem fome, frio, perdas. Inauguramos uma cozinha solidária que atua como instrumento social e político para mitigar a fome durante crises climáticas. Vivemos uma grande chuva no Espírito Santo que levou casas, histórias, comunidades inteiras, como aconteceu no Rio Grande do Sul. As pessoas ficaram sem água, sem alimento. Precisamos de políticas públicas que vão além de abrir ruas e desmatar. Precisamos recuperar nascentes, replantar, preservar o urbano e o rural, envolver as escolas, as comunidades, as crianças.

Defender a Amazônia também é nossa tarefa. A solidariedade entre países e povos faz parte da justiça ambiental. A GOLD segue fazendo seu papel, marcando posição como instituição que quer refletir, transformar comportamentos e proteger o meio ambiente.

Por fim, sobre o tema deste livro, entendo que a exclusão veio antes das águas, poias as exclusões vividas pela população trans e travestis precedem as enchentes. Quando a água passa, ela não leva apenas o que existia, mas também o que ainda nem foi conquistado. Ela leva histórias, memórias, documentos, sonhos. A água passa e destrói o que não havia sido alcançado: escolarização, casa, roupa, veículo. A tragédia, para pessoas trans e travestis, têm um peso diferente.

Agradeço ao universo por fazer parte disso. E ao Fundo Positivo, que tem impulsionado o protagonismo trans nesses debates. Que essa

obra seja mais uma forma de afirmar que nossa luta é também pela vida, diversa, resistente e ambientalmente justa.

Déborah Sabará,
Coordenadora de Ações e Projetos da Associação GOLD –
Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade.

APRESENTAÇÃO

JUSTIÇA CLIMÁTICA: ESTAMOS VIVENDO O CAOS! A VIDA NA TERRA ESTÁ AMEAÇADA...

No momento que vemos cenários de catástrofes naturais ou provocadas pelo próprio homem como resposta ao mundo que, mesmo com a evolução da espécie, ainda não entendeu que a globalização, a competitividade econômica e os interesses políticos sobrepondo-se aos interesses naturais, são elementos determinantes para este efeito desastroso que vive o planeta. É urgente repensar o mundo em que vivemos buscando através da educação e da conscientização, a preservação da diversidade das espécies que habitam a terra, entretanto, se não houver uma grande rede que possa atuar neste processo os resultados não terão sucesso.

Pensando nisso, o Fundo Positivo atua desde 2014 com diversas populações em contextos de maior vulnerabilidade socioambiental, econômica e epidemiológica, buscando ações que possam impactar significativamente, transformando vidas segregadas em agentes críticos e atuantes sociais. Tais ações promovidas acompanham a agenda de mudanças climáticas atuais e se alinham com as demandas apontadas pelos beneficiários, fomentando a atuação intersetorial em rede e estabelecendo parcerias com os gestores públicos, apontando quais políticas estatais são necessárias para o enfrentamento dos impactos climáticos nos territórios, assim como o incentivo sobre a relevância da participação na deliberação de recursos financeiros.

O Fundo Positivo tem um o papel fundamental tanto na disponibilização de recursos quanto na manutenção das agendas das organizações sociais de base comunitária de todo o país e as redes nacionais, visto que durante a pandemia de Covid-19 o estado brasileiro não se fez presente para o enfrentamento e mitigação das iniquidades climáticas, sanitárias e socioeconômicas.

Segundo os dados do Instituto ClimaInfo, organização que atua na divulgação de assuntos relacionados à mudança do clima, no Brasil, as mortes por calor irão aumentar, os efeitos da crise climática serão sentidos em todo o país, como por exemplo, na região Norte, nos estados do Acre, Rondônia, Sul do Amazonas e Pará, que estão sofrendo os efeitos de inundações mais frequentes. Dados provindos do mesmo relatório assinalam que as secas no Nordeste aumentaram 65% nos últimos anos, todavia, as chuvas poderão diminuir em até 22% ao longo deste século. Caso as emissões não reduzam, o calor e umidade afetarão diretamente a saúde humana e se nenhuma ação estatal for promovida, as emissões de gases do efeito estufa tornarão o cenário ainda mais drástico, elevando as ondas de calor, secas, inundações que já excedem os limites de plantas e animais, causando maior mortalidade de diferentes espécies. Os desastres relacionados às chuvas, nos últimos 20 anos, evidenciam a fragilidade de algumas regiões, no que tange aos efeitos do clima, se agravando especificamente nos últimos 6 anos, onde o estado favoreceu o desmatamento em uma nova escala de grandeza, abandonando o arcabouço legal, que permitiu esta ação em uma nova escala.

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, aponta que o sistema alimentar desempenha um papel preponderante nas alterações climáticas, sendo ao mesmo tempo afetado por elas, pois quando os rendimentos das colheitas diminuem devido às mudanças climáticas, os preços dos alimentos aumentam na mesma proporção, gerando insegurança alimentar. Os dados alertam ainda que os preços globais de cereais poderão aumentar em 29% até o ano 2050.

Diante da referida conjuntura, o Fundo Positivo alinhado com a pauta da crise climática, apoia projetos que abarcam essa discussão, os quais promovem o mapeamento das violações dos direitos humanos nos territórios de atuação, do mesmo modo, propiciam um amplo debate comunitário sobre as principais violações de direitos de habitação e os impactos da crise climática

nas comunidades, abarcando as reflexões que cientistas do campo vêm evidenciando ao longo das últimas décadas. Portanto, as OSC's de base comunitária têm se preparado para as mudanças climáticas, propondo para os gestores públicos, a implementação de políticas de habitação, produção de alimentos, investimento em infraestrutura e proteção contra desastres ambientais, investimentos em fontes renováveis, limpas e socialmente justas em detrimento do petróleo.

O escopo do trabalho promovido pelo Fundo Positivo abarca as intersecções dos direitos de mulheres (cis e trans), a justiça climática e a justiça social, uma vez que apoiamos organizações de base comunitária em territórios de segregação socioespacial envoltos em extrema vulnerabilidade socioambiental, climática, sanitária, política, econômica e epidemiológica, que afeta significativamente a vida das mulheres, inscrevendo-as sob o signo de morte social e objetiva. Segundo a ONU (2021), na COP26 foi identificado, que 80% das pessoas que são movidas ou assistidas durante desastres ambientais são mulheres, o que torna ainda mais necessário pensar neste segmento, nestas pautas. Cabe dizer que os impactos climáticos não afetam as mulheres, por exemplo, somente por um verão mais quente, mas quando elas precisam ser movidas de seus territórios, quando essa onda de calor afeta a distribuição das chuvas e com isso a distribuição dos alimentos, o acesso à água potável, onde todos esses recursos tendem a ficar menos disponíveis, o acesso a estes é dificultado e/ou inviabilizado, impedindo assim, a manutenção da própria sobrevivência das mulheres nas comunidades. Partimos da premissa que não é possível falar de justiça climática sem pautarmos que os impactos da crise climática influenciam diretamente e exacerbam as desigualdades postas pelas questões de gênero em nossa sociedade, que afetam as mulheres, sobretudo. Porém, observando por outro prisma, apesar de as mulheres serem as mais afetadas, também são peças-chave para a transformação social.

A pesquisa realizada pelo World Bank Group enfatiza que as mulheres que estão envolvidas e engajadas em decisões de nível

nacional e comunitário são essenciais para a adoção de soluções eficazes para mitigar os efeitos severos das alterações climáticas. Muitas dessas mulheres, inclusive, são oriundas de comunidades tradicionais, população ribeirinha, indígena, quilombola, e possuem um tipo de relação com a terra, diferente da ótica capitalista, isso é, detendo técnicas não predatórias com ela e de preservação ambiental.

A perspectiva institucional do Fundo é ampliar o escopo do trabalho promovido, englobando as referidas temáticas, bem como aprofundar o conhecimento nesse campo, com vistas a fortalecer a atuação das lideranças comunitárias para que possam engajar-se em rede, em parceria com gestores públicos de diversos setores, incidindo politicamente, nas três esferas do poder: executivo, legislativo, e judiciário, com vistas a apontar quais políticas públicas são necessárias para o desenvolvimento sustentável da comunidade, ação que pode garantir justiça de gênero, ambiental e climática.

Portanto, buscamos alinhar com o movimento e as pautas globais atuais, percebendo a importância de agregar e ressaltar, nas nossas ações, a pauta da justiça climática, visto que, sem equidade de gênero aliado à preservação do meio ambiente, para a mitigação dos impactos climáticos, não haverá reparação às pessoas em contexto de violação de direitos humanos e extrema vulnerabilidade socioeconômica, epidemiológica e ambiental.

Justiça climática e população trans

Entre essas populações de extrema vulnerabilidade, temos as mulheres trans e travestis, que enfrentam altos índices de violência no país, exclusão dos programas sociais, serviços de saúde, educação e assistência, sobretudo, a habitação. De acordo com os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2022), a população encontra barreiras no mercado de trabalho formal, chegando a altas cifras de trabalho informal e precarizado, sendo 90% na prostituição, vivendo abaixo da linha

da pobreza onde, inclusive tendem a residir em áreas com maior risco de desastre ambiental, sejam eles por chuvas, enchentes, elevação dos mares, deslizamento de terras, ondas de calor e frio, dentre outros.

Em sua maioria, essa população vive em situação de rua, o que as coloca como linha de frente nos impactos ambientais, porém são as últimas a receberem o socorro e auxílio, ficando literalmente desamparadas.

Neste sentido, num processo ainda tímido, o Fundo Positivo busca ampliar o fortalecimento da sociedade civil organizada, com vistas a mitigar esses impactos e, consequentemente mudança no cenário atual, visto que o Brasil é um país transcontinental, com distintas mudanças climáticas, principalmente onde os projetos atuam, nas cinco regiões, que têm sofrido desastres meteorológicos e climatológicos.

Entre os projetos desenvolvidos, os principais objetivos são: combate à insegurança alimentar; disseminação da temática Justiça Climática para mulheres Transexuais e Travestis e formação de lideranças; acesso a programas habitacionais do governo; mapeamento de dados acerca dos impactos das mudanças climática sobre os corpos da população trans e travesti, com foco para a promoção de ações em agroecologia com a produção de hortas urbanas, renováveis e de baixo custo; ações junto a universidades e coletivos, com a perspectiva de ampliar a discussão do tema, por meio da arte e da cultura; produção de materiais educativos como cartilhas, dossiê, cards e vídeos; a realização de pesquisa, análise e produção de dados sobre essa questão nos territórios de segregação socioespacial, principalmente sobre temas como acesso à água potável, saneamento básico, risco ambiental habitacional ou vivência em situação de rua, coleta seletiva de lixo, que estejam relacionados ao público alvo, inclusive pesquisas que fomentem os saberes advindos do próprio segmento, que possam contribuir para melhoria da crise climática e promoção de ações no campo do *advocacy*, com vista à incidir politicamente, na três esferas dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Por fim, trazer os temas sociais à luz dos direitos humanos e cidadania plena, em busca de um mundo melhor para todas as pessoas é o desejo do Fundo Positivo, que não tem medido esforços nos últimos anos, através de projetos e parcerias, para mitigar os impactos sobre os corpos dissidentes e marginalizados por uma sociedade heterocisnormativa, que a todo tempo traz as violências de gênero e de identidades numa tônica muito forte, como é o caso da transfobia, inclusive a transfobia ambiental e as dificuldades de acesso dentro de um sistema de políticas públicas que não reconhece corpos trans e travestis.

Ma. Marina Reidel,
Coordenadora do Fundo Positivo LGBTQIA+: (re)existindo
Fundo Positivo.

SUMÁRIO

PARTE I
CRISE CLIMÁTICA, VULNERABILIDADES E AÇÃO POLÍTICA

Vulnerabilidades, Transgeneridade e Crise Climática: um olhar sobre as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul **25**
Nina Acacio
Jodéli Fabiana Dreissig
Lívia Pacheco Da Cruz
Mario Luiz Soares de Freitas
Eduardo Steindorf Saraiva

Justiça Climática: fundamentos e estratégias de respostas **35**
Markus Erwin Brose

Capacidades Estatais eE Eventos Extremos **47**
Luci Léia Kühn

Do *Lobby* às Políticas Públicas: os desafios para a incidência popular nas Políticas Públicas Ambientais **65**
Li Rassier de Andrade

Abrigo Renascer: relato de experiências no combate a transfobia ambiental nas fortes chuvas de Porto Alegre, em 2024 **79**
Daniel Morethson
Glória Crystal
Nycollas Nitibailoff
William Morethson

PARTE II
RELATOS DE RESISTÊNCIA E ESTRATÉGIAS COLETIVAS DE SOBREVIVÊNCIA

Velhices Travesti: entre dores, delícias e luta coletiva **95**
Julia Roberta Malacoski
Lívia Pacheco da Cruz

"Eu Sou Uma Avó Maravilhosa": etarismo, transfobia e justiça climática nas velhices travestis **103**
Pitty Barbosa Serrano
Lívia Pacheco da Cruz

"Onde a Travesti Vai Morar?": luta por moradia, dignidade e justiça climática **111**
Sara Gonçalves
Lívia Pacheco da Cruz

Vivências de Uma Catadora: um relato de vida trans em tempos de crise socioambiental **119**
Luciana Cardoso Bezerra
Lívia Pacheco da Cruz

Ajudatrans-RS: Rede de afeto, cuidado e resistência **127**
Tainã Caye Dahlem

Autorias **137**

PARTE I

CRISE CLIMÁTICA, VULNERABILIDADES E AÇÃO POLÍTICA

Vulnerabilidades, Transgeneridade e Crise Climática: um olhar sobre as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul

Nina Acacio
Jodéli Fabiana Dreissig
Lívia Pacheco Da Cruz
Mario Luiz Soares de Freitas
Eduardo Steindorf Saraiva

Prelúdio

As mudanças climáticas e seus impactos têm sido amplamente discutidos no cenário global, revelando desigualdades sociais e vulnerabilidades estruturais que afetam diferentes grupos de maneira desigual. No Brasil, desastres socioambientais recentes, como as enchentes de maio de 2024, no estado do Rio Grande do Sul (RS), evidenciam a invisibilidade de populações historicamente marginalizadas nos processos de respostas governamentais. Entre esses grupos, as pessoas trans e travestis[1] foram particularmente afetadas, enfrentando dificuldades no acesso à assistência social, moradia e outros direitos básicos, algo apontado por diferentes ativistas no decorrer daquele evento climático.[2]

A intersecção entre a crise climática e a transfobia se manifesta como um determinante social de saúde, ampliando as barreiras para o bem-estar e segurança dessa população. Nesse contexto,

[1] Adotamos a denominação "pessoas trans e travestis", como forma de potencializar uma multiplicidade de identidades trans, mas apresentando certa especificidade e demarcação política da identidade travesti, como Brume Iazetti e Rubens Mascarenhas Neto (2024) e Lauri Miranda Silva (2023) apontam.

[2] Em matéria para o G1, Madu Brito (2024) traz uma diversidade de relatos de ativistas que dão enfoque às dinâmicas de exclusão vividas por pessoas trans e travestis durante as enchentes de maio de 2024.

emerge o termo "transfobia ambiental", que, a partir dos estudos sobre racismo ambiental (Jesus, 2017; 2020), problematiza a ausência de políticas públicas que atendam às especificidades das pessoas trans e travestis, em cenários de emergência climática, promovendo assim uma intensificação dos efeitos de eventos climáticos extremos em suas vidas. Para enfrentar essa realidade, faz-se necessário articular ações que integrem a justiça climática e os direitos humanos, promovendo estratégias que capacitem e deem visibilidade a essas populações de modo a compreender não apenas a construção histórica dos processos de exclusão, como também, suas demandas específicas no que tange ao acesso a direitos civis, políticos e sociais.

Nessa esteira, o presente escrito tem como objetivo relatar as experiências desenvolvidas pelos projetos de extensão universitária "ClimaTrans: Impactos das Mudanças Climáticas na População Trans", e "Enfrentamento dos impactos da crise climática pela população de mulheres trans e travestis do Rio Grande do Sul". Foram desenvolvidas atividades como rodas de conversa, ações de articulação com a população trans e travesti do RS e encontros formativos com trabalhadoras e trabalhadores de alguns serviços de saúde municipais e estaduais, dando enfoque às realidades vividas antes, durante e após os eventos de maio e junho de 2024.

Os projetos são vinculados ao Ambulatório Multiprofissional de Atenção à Saúde da População LGBTQIA+ (AMBITRANS), da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), apoiados pelo Fundo Positivo LGBTQIA+ , e executados por uma equipe interdisciplinar e interinstitucional. Tais características, a seguir destrinchadas, possibilitaram uma ampla articulação teórico-metodológica nesse fazer extensionista, entendido como indissociável das práticas de ensino e pesquisa (PNEU, 2012), como também, de uma ética situada na constituição de alianças e tensionamentos necessários, algo que Sofia Favero (2020) aponta como importante na constituição de uma ética pajubariana, desse modo, aliada a compreender diferentes aspectos dos atravessamentos promovidos pela transfobia na vida de pessoas trans e travestis. Nas próximas

seções, discorremos sobre alguns aspectos importantes do trabalho realizado, como também atentamos para lacunas, fissuras e proposições levantadas como determinantes importantes no entrelace entre os Estudos de Gênero e Sexualidade, *Trans Studies* (Estudos Trans), Saúde e Políticas Públicas.

Compreendendo disputas: diálogos entre justiça climática e transfobia ambiental

Ao inserirmos, o debate acerca dos efeitos da crise climática, em diferentes grupos em processos de exclusão, uma lente nas vivências trans e travestis, estamos, de várias formas, apontando para uma variedade de debates sobre posicionalidades, vulnerabilidades e teorizações que dizem respeito às disputas políticas, que parecem inerentes a essa temática.

Dito de outro modo, enveredamos por uma perspectiva que se sustenta, tanto dentro dos espaços universitários quanto fora deles, a partir de uma perspectiva crítica sobre como pessoas trans e travestis são representadas ou, também, como não são vistas como sujeitos de direito de debates sobre política, ambientalismo, e as fricções entre capitalismo, ecologia e perspectiva sobre futuros.

O surgimento do termo "transfobia ambiental" e o seu uso, não apenas como um conceito em processo de formulação, mas também como ente que agencia práticas de luta pelos movimentos sociais, é algo que nos interessa. Os estudos sobre "racismo ambiental" são o ponto de partida dessa construção e influenciam como os efeitos de desastres socioambientais, da crise climática e das mudanças climáticas (termos esses em discussão) são sentidos, experienciados e mobilizados por diferentes corporalidades, sendo a racialidade um aspecto central nessa perspectiva. Tal como algumas teóricas feministas demonstram (hooks, 2021; Nascimento, 2021; González, 2020), os processos relacionados ao tensionamento de diferentes marcadores sociais da diferença frente a perspectivas hegemônicas e/ou normativas, permitem direcionar olhares acerca da especificidade dos corpos e das experiências de

gênero, sexualidade, classe e racialidade em relação a diferentes esferas da vida cotidiana. Assim, a transgeneridade e sua complexidade, é vista como um fator/experiência importante nos diálogos sobre o acesso à justiça climática.

Os conceitos são variados e são inseridos aqui de forma proposital, já que entendemos que a sua pluralidade possibilita uma mobilização mais ampla no campo do ativismo, por exemplo. Entre as ideias de transfobia ambiental, justiça climática, crise climática e mudanças climáticas, por exemplo, enxergamos uma gama de possibilidades na compreensão de uma realidade multifacetada em que pessoas trans e travestis são invisibilizadas. Assim, a ideia é mais do que apenas traçar uma certa relação entre os termos (entendemos essa importância), mas também, apontar como se colocam em um campo de disputas mais amplo sobre acesso a direitos e a construção das narrativas sobre esse acesso no campo da transgeneridade, desse modo agenciando o que Sofia Favero (2020) define como uma ética pajubariana, centrada em um modo e perspectiva de promover alianças e criticidade a partir das posicionalidades.[3]

Compreendemos que a ideia de "transfobia ambiental" é originada de uma volta conceitual que, a partir do entrelace de experiências ligadas à racialidade e à transgeneridade, passa a entender que há uma questão a ser tratada: a precarização da vida de pessoas trans e travestis é algo que é pensado quando um desastre socioambiental se desenrola? Ou mesmo quando tratamos de educação ambiental? Assim, Deborah Sabará enfatiza que, "[...] a população trans e travesti, já exposta em função de processos culturais que se cristalizam e se perpetuam na produção discursiva e no imaginário social, se vê então pouco ou nada refletida em projetos que visem um melhoramento para a qualidade do ambiente em que está inserida" (2025, p.7).

[3] Importante aspecto a ser demarcado já que a maioria da equipe de pesquisa são pessoas cisgêneras.

Para pensar a transfobia em eventos como os de maio de 2024, no RS, é importante pensarmos uma dinâmica de exclusão que é relacional. Por um lado, a precariedade parece ser construída como o "lugar" da transgeneridade, ou seja, as vivências e construções sobre pessoas trans e travestis, a partir de uma perspectiva cisgênera está centrada no lugar da medicalização, loucura, desvio e na marginalidade, e que, com a enchente, as pessoas trans e travestis também passam a habitar o "lugar do apagamento". Com o interrompimento da "vida normal", vemos diferentes corpos adentrarem as dinâmicas de uma enchente.

Nos primeiros dias, "todos estavam no mesmo barco", mas ao longo do desenvolvimento das dinâmicas atreladas à emergência, as especificidades começaram a ser mais vistas. Nem todas as pessoas precisaram sair de suas casas e muitas das que saíram, nem precisaram ir para abrigos. No caso de Porto Alegre, capital do estado, o desabastecimento de água foi um dos pontos cruciais dos primeiros dias. Mesmo assim, as diferenças foram perceptíveis já que grandes condomínios realizam a compra de água por caminhões pipa. O que estamos tecendo é justamente um apontamento sobre como o avanço das águas impactou diferentes grupos de formas desiguais. Com as pessoas trans e travestis isso também se deu dessa forma.

Se a dinâmica de "presença" das pessoas trans no debate público e acadêmico está ligada em muitos momentos a uma ideia de marginalização e de medicalização, nesse instante o "apagamento" dessas vivências foi o fio condutor dessa experiência. Assim, pessoas trans e travestis começam a ser "não vistas" e "apagadas" dos parcos registros que existiram nesse momento. Esse "apagamento" é multifacetado e tem diversas tonalidades e direcionamentos que vão desde escolhas de coordenadorias de abrigos que não achavam pertinente colher dados sobre gênero das pessoas abrigadas, como também da expulsão direta ou indireta, de forma velada, de pessoas trans e travestis de espaços de acolhimento.

A intensificação da situação de vulnerabilidade, em eventos como as enchentes, é um importante aspecto a ser pensado, já que a inundação não vem acompanhada apenas de uma dinâmica de causas e consequências imediatas, ela se desenrola pela vida cotidiana, se soma com outras questões, é tensionada e remodelada a partir de experiências pessoais e coletivas. Assim, pessoas trans e travestis passaram a ser afetadas pelo avanço das águas e sua permanência em níveis elevados por bastante tempo, mas também por uma diversidade de processos de exclusão que já são "cotidianos". A necessidade de um termo que mobilize essas realidades é o que tem sido pensado a partir do uso do termo "transfobia ambiental", que nasce também em um processo de refletir sobre a participação social de pessoas trans e travestis, a partir de uma pluralidade de experiências.

Tal como Dodi Leal (2020), ao tratar do espaço e habitat de gênero de pessoas trans e travestis na arte cênica no Brasil (um objetivo bem diferente do nosso), estamos apontando para a necessidade de entender as formas como são posicionadas certas discussões e as ideias que são construídas sobre determinados grupos, fugindo de uma cristalização da experiência do outro e de sua "cultura" (Abu-Lughood, 2018). Desse modo, a necessidade de colocarmos as corporalidades trans e travestis dentro de um debate sobre mudanças climáticas, ecologias e possibilidades de futuro, demonstra um direcionamento mais complexo sobre a própria transgeneridade e as dinâmicas de exclusão.

Narrativas e resistências: o que aprendemos nessa caminhada

O Fundo Positivo LGBTQIA+, a partir da iniciativa de apoio a projetos inclusivos, tem financiado diferentes atuações voltadas a essa população. Foi na esteira dessa iniciativa que o AMBITRANS passou a desenvolver os projetos aqui apresentados. O "ClimaTrans: Impactos das Mudanças Climáticas na População Trans", e "Enfrentamento da Transfobia em Contextos de Desastres", nasceram a partir dessa parceria, integrando ações de

pesquisa e extensão em uma construção coletiva, envolvendo diferentes atores nessa proposta.

A articulação entre extensão universitária, comunidades, serviços de saúde e os movimentos sociais, revelou-se essencial para esse trabalho. Em destaque, a aproximação junto aos movimentos sociais LGBTQIA+ — que têm atuado de modo a mitigar os impactos das enchentes no estado, configurou-se como essencial para que as ações dos projetos pudessem alcançar aqueles que mais precisavam de suporte. Ainda, corroborou para que pudéssemos escutar, aprender e trabalhar em coletivo.

De modo a oportunizar espaços de escuta à população trans e travesti e atuar junto aos movimentos sociais, foram realizados sete eventos, incluindo capacitações, encontros e seminários. Em cada um deles, promoveram-se rodas de conversa que proporcionaram um espaço para o compartilhamento de experiências, histórias pessoais e reflexões sobre as vivências e os impactos das mudanças climáticas. Tais encontros tiveram como temática a vulnerabilidade de pessoas trans e travestis face às enchentes no estado, considerando as suas experiências de enfrentamento. Nogueira, Leitão e Silva (2021) sinalizam que os preconceitos e as discriminações enfrentados por essa população, seguem como as principais barreiras para a efetivação de políticas públicas, em especial, aquelas voltadas ao cuidado em saúde, tão importantes em situações extremas.

Conforme destacado pelos participantes dos encontros, em algumas regiões, os impactos climáticos ainda não são temas de debates em seus locais de atuação profissionais e acadêmicos. Por outro lado, surgiram relatos de travestis refugiadas que enfrentam dificuldades no acesso ao tratamento para HIV, agravadas pela discriminação nos serviços de saúde, especialmente após as enchentes. Houve episódios de preconceito explícito, como a recusa de atendimento devido às vestimentas das pessoas atingidas. Essas situações evidenciam o preconceito estrutural e uma ignorância cisheteronormativa (Lima, 2021), fato que provoca reflexões sobre como são aplicadas as políticas que preveem esses

cuidados. Conforme destacado por Guadagnin (2024), nem sempre os abrigos estão preparados para atender essa população com segurança, dignidade e o cuidado necessário. Isso faz com que essas pessoas enfrentem riscos adicionais relacionados à segurança pessoal e à proteção de sua identidade de gênero. Além dos obstáculos relacionados à saúde, como a interrupção de tratamentos continuados, essas pessoas correm riscos extras à sua integridade, o que evidencia a necessidade de ações mais inclusivas e sensíveis às suas especificidades, como propõe a Política Nacional de Saúde Integral de LGBTTQI+ (PNASI)[4].

A falta de rastreamento das pessoas trans e travestis atingidas pelas enchentes foi destacada como um obstáculo significativo, pois impede que essas pessoas recebam o suporte adequado às suas necessidades específicas. Essa ausência dificulta o acesso a serviços de saúde, proteção e assistência, intensificando vulnerabilidades e resultando em exclusão social. Esses pontos ampliam a reflexão sobre as consequências econômicas e sociais enfrentadas por essa população após as enchentes. Como destacado por Guadagnin (2024), na injustiça ambiental, intensificam-se as expressões da questão social diante de comunidades marginalizadas, expostas a ambientes degradados e menos protegidas contra danos ambientais. Ambos os conceitos destacam a necessidade de políticas públicas sustentáveis que não apenas mitiguem os impactos negativos sobre o clima e o ambiente, mas também promovam a justiça social, assegurando que todas as populações tenham acesso equitativo a um ambiente saudável e seguro.

O envelhecimento da população trans também emergiu como tema relevante. Embora a população trans e travesti esteja envelhecendo, esse processo não tem acontecido com a qualidade e a garantia de direitos esperada. Considerando o cenário das enchentes, esse processo é agravado, evidenciando a precariedade

[4] Criada a partir da mobilização de movimentos populares, busca orientar os poderes públicos quanto às necessidades e demandas dessa população para garantia de uma atenção integral e equânime (Brasil, 2013).

de dados e a falta de instrumentalização e profissionais capacitados para o acolhimento dessa população em situações de emergência. Neste processo, cabe destacar que no contexto da crise climática, se faz necessário reconhecer as vidas que são sistematicamente marginalizadas e desvalorizadas pelas políticas econômicas e ambientais. A luta por justiça climática, então, é também uma luta pelo direito à dignidade para se viver Guadagnin (2024).

As reflexões apresentadas compõem parte das narrativas e experiências vividas pela população trans e travesti, no estado. Essas são extremamente importantes para que possamos seguir trabalhando, de modo a enfrentar as barreiras que impedem o acesso digno ao cuidado para esse público, independente do cenário vivido. As experiências dos movimentos sociais LGBTQIA+, em especial, foram o alicerce para que essa população tivesse o mínimo de amparo durante e após a calamidade vivenciada. Desse modo, esperamos que tais relatos possam produzir reflexões e mobilização para que possamos corroborar com um mundo mais equitativo e livre de preconceitos.

Considerações provisórias: por uma política de alianças

A experiência relatada evidencia que a interseção entre crise climática e transfobia, não é apenas um desafio conceitual, mas uma realidade concreta. Que expõe as fragilidades das respostas institucionais diante das emergências socioambientais. As enchentes, de 2024, demonstraram os processos de invisibilização histórica que atingem pessoas trans e travestis, reforçando a urgência de políticas públicas que considerem as suas especificidades. Como também demonstram a necessidade constante de construção de saberes conjuntos entre Universidades, Organizações da Sociedade Civil, Movimentos Sociais e Instituições Públicas no combate à transfobia e nos papeis de responsabilidade que cada um possui, nessa luta.

A articulação entre extensão universitária, movimentos sociais e serviços de saúde mostrou-se caminho para promover escuta, visibilidade e ações efetivas, ainda que em meio às lacunas sociais do estado. Mais do que deliberar e conceitualizar sobre desigualdades, este projeto buscou tencionar, narrativas hegemônicas e cisheteronormatívas, afirmando a importância de construir alianças éticas e práticas que auxiliam no enfrentamento à transfobia em suas diferentes roupagens. Ainda, os projetos e sua rede de articulação possibilitaram um pensar acerca da necessidade de pesquisas futuras sobre a participação social de pessoas trans e travestis, como também, do impacto das enchentes em suas vidas.

Referências

ABU-LUGHOD, L. A Escrita contra a cultura. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social,** [S. l.], v. 5, n. 8, p. 193–226, 2018. DOI: 10.21680/2446-5674.2018v5n8ID15615. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615. Acesso em: 12 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

BRITO, M. Transfobia ambiental: o que é e qual a relação com a enchente do RS. **G1**, 18 jun. 2024. Rio Grande do Sul. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/06/28/transfobia-ambiental-o-que-e-e-qual-a-relacao-com-a-enchente-do-rs.ghtml. Acesso em: 12 mai. 2025.

FAVERO, S. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Equatorial - Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, Natal, v. 7, n. 12, p. 1-11, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.21680/2446-5674.2020v7n12ID18520. Acesso em: 12 mai. 2025.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2020.

GUADAGNIN, F. A vida de pessoas transexuais e o impacto da violência ambiental e climática: um olhar sobre saúde e as enchentes no RS. **PIXO revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade**, Pelotas, RS, v8, n.30, p.239-241, jul.2024. DOI: https://doi.org/10.15210/pixo.v8i30.28207.

hooks, b. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2024.

IAZZETTI, B. D.; MASCARENHAS NETO, R. Do "Cisminário Queer" ao "Caso Miskolci": traçando controvérsias. **Revista Anômalas,** Catalão, v. 4, n. 1, p. 7-23, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/article/view/74846. Acesso em: 12 mai. 2025.

JESUS, V. de. **Coisas negras no quarto de despejo**: saneando subjetividades, corpos e espaços. 2017. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

JESUS, V. de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 2, e180519, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519. Acesso em: 12 mai. 2025.

LIMA, A. de O. A ignorância cisheteronormativa. Bagoas-Estudos gays: **Gêneros e sexualidades**, v. 14, n. 22,p. 155-174, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/22354. Acesso em: 12 mai. 2025.

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, F. J. de S. *et al*. Interseccionalidades na experiência de pessoas trans nos serviços de saúde. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 13, n. 3, p. 35-50, set. 2021. https://doi.org/10.20435/pssa.v13i3.1243.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (PNEU). **Fórum de PróReitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Manaus/Florianópolis: Imprensa Universitária UFSC, 2012.

SABARÁ, D. Apresentação. *In:* SABARÁ, D. (org.). **1º Seminário Nacional de Transfobia Ambiental**. Itapiranga: Schreiben, 2025, p. 07-12.

SILVA, L. M. **Vozes subversivas e corpos transgressores:** memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheridades contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022). 2023. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

Justiça Climática:
fundamentos e estratégias de respostas

Markus Erwin Brose

1. Fundamentos

1.1 Justiça ambiental

A concepção, de que na democracia pós-moderna, a garantia dos direitos civis, políticos e sociais costumeiramente atribuídos à cidadania não se mostram suficientes para atender aos direitos humanos, tem origem – entre outros - no município rural de Warren, Carolina de Norte, nos Estados Unidos da América (EUA). Essa interpretação implica em que a poluição e os impactos ambientais 'não estão dados', mas cabe às populações percebê-los e, quando possível, reagir de acordo com suas condições sociais, culturais e organizativas.

Com base na experiência da industrialização inglesa, Marshall (2021) concebeu a cidadania como um *status* conferido a quem é membro de uma comunidade, a igualdade de *status* seria o princípio fundamental que subjaz a cidadania. Ele interpretou que a democratização avançava no sentido de que os cidadãos fossem iguais em relação aos direitos civis, políticos e sociais. Para Marshall, não somos meramente uma multidão aglomerada por um marco jurídico do Estado-nação, mas integramos uma sociedade. Cada indivíduo que compõe uma sociedade compartilha a noção básica de que esse sistema deve estar baseado na igualdade perante a lei, bem como em determinado grau de justiça social, conhecido como o Contrato Social que fundamenta a sociedade e justifica a existência do Estado e seu monopólio de violência (Lopes, 2018).

O Contrato Social foi rompido de forma violenta, em final dos anos 1970, no pequeno município de Warren, com cerca de 16 mil habitantes, o mais pobre do estado, quando lideranças comunitárias souberam através da imprensa dos planos do governo estadual, para construir um aterro de material cancerígeno nas proximidades da vila Afton (McGurty, 2009). O estado integra a região do *Deep South*, ou Sul Profundo, marcado pela herança de escravidão negra nas extensas monoculturas de algodão. Nos pequenos municípios rurais fracamente povoados da Carolina do Norte, a população é majoritariamente afrodescendente, marcada por baixa renda e sub-representação política. Foram organizados abaixo-assinados, assembleias comunitárias, marchas e bloqueios visando impedir a construção, mas a resposta do Executivo foi impiedosa. Foi negado o direito à participação popular no licenciamento, em 1982, o aterro contendo material tóxico foi construído, 520 pessoas foram presas ao longo das seis semanas de protestos, chamando atenção da mídia nacional (UNC, 2006).

Pastores evangélicos, militantes na defesa dos direitos humanos da população negra, que se juntaram aos fiéis nos protestos em Warren, ajudaram a cunhar o conceito de "Justiça Ambiental". Estudo pelo Tribunal de Contas, em 1983, sobre quatro aterros de material tóxico nos estados do Sul identificou correlação entre a localização e a composição racial da população (Gao, 1983).

Em 1987, estudo em escala nacional, coordenado por B. Chavis Jr., pastor e ativista dos protestos de Warren, pesquisou comunidades negras, indígenas, hispânicas e de migrantes, chegando à conclusão que em quase todos os municípios analisados, o indicador mais preciso para saber se alguém mora perto de um depósito de resíduos tóxicos era a cor de sua pele (UCC, 1987). O aterro de Warren foi desmantelado apenas em 2003, ao custo de USD 18 milhões.

Com o crescente uso do termo, em 1992, a Agência de Proteção Ambiental dos EUA definiu oficialmente o que significa justiça ambiental e criou um departamento dedicado ao assunto (Borunda, 5/3/21).

> Por justiça ambiental designamos o conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da omissão destes programas (Acselrad; Mello; Bezerra, 2011).

A luta por justiça ambiental constitui uma extensão do movimento pelos direitos civis. O cidadão começa a entender que há uma relação direta entre seu local de trabalho, sua comunidade e sua saúde. Comunidades mais vulneráveis têm se organizado para proteger a saúde e afirmar que não podem ser sacrificadas pelas externalidades do crescimento econômico. Esta ideia nasce, portanto, no calor dos acontecimentos nos anos 1980, não tendo origem teórica ou acadêmica, e passa a integrar o vocabulário de movimentos sociais e militantes ambientalistas. Ampliando a noção clássica de cidadania para incluir uma dimensão ambiental, em outras palavras, no mundo real a poluição tóxica não é democrática. A percepção de riscos ambientais se torna um ato político.

1.2 Sociedade de risco

Desde que propôs o conceito de Sociedade de Risco, em 1986, o sociólogo alemão Ulrich Beck se tornou um dos teóricos sociais mais conhecidos no estudo da pós-modernidade. Beck provocou as teorias sociais tradicionais, colocando a questão ambiental como central para entender a sociedade global. Formulou uma teoria geral, abrangendo desde as condições da pesquisa científica, a crise ecológica, o papel do Estado, questões de soberania, até o nacionalismo.

O argumento central de Beck reside em que a partir dos anos 1970/80, na Europa, a sociedade industrial clássica, caracterizada pela produção e distribuição de bens no modelo fordista, foi substituída pela sociedade de risco, na qual a distribuição dos riscos não corresponde essencialmente às diferenças sociais, econômicas ou geográficas do Século XX. Para o autor, a ciência e a

técnica não conseguem mais controlar os riscos que criam, com consequências graves para a saúde humana e o meio ambiente.

> Entre esses riscos, Beck inclui os riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente (Guivant, 2016, p. 232).

Posteriormente incorporou também riscos econômicos, como as quebras dos mercados financeiros internacionais. O conjunto de riscos gera "uma nova forma de capitalismo, uma nova forma de economia, uma nova forma de ordem global, uma nova forma de sociedade e uma nova forma de vida pessoal" (Beck, 1999, p. 2-7, tradução livre).

Guivant (2001) argumenta que a teoria global dos riscos de Beck constitui uma combinação de um agudo diagnóstico da sociedade com uma proposta vaga, quase uma profecia, acerca das alternativas sobre como lidar com riscos do capitalismo global. Pouco antes de falecer, em 2012, Beck iniciou um projeto para desenvolver uma sociologia cosmopolita com o objetivo de reinventar as ciências sociais, propondo novos avanços teóricos, metodológicos e empíricos. O foco passou a ser a mudança climática como um dos mais relevantes problemas globais.

> Beck visava, com esta proposta, preencher um ponto cego no pensamento atual sobre as questões climáticas, que se por um lado é muito sofisticado em relação à ciência do clima, a racionalidade econômica e presente em certos projetos políticos, por outro lado falta uma compreensão sistemática de como diferentes sociedades, cidades e regiões são alteradas pelos riscos de mudanças climáticas, respondendo a estes (Guivant, 2016, p. 234).

Para Beck, a mudança climática já mudou a nossa forma de imaginar e de fazer política e pode permitir a construção de uma modernidade alternativa com uma nova visão sobre o que é prosperidade. A mudança climática pode levar a integrar os aspectos naturais e sociais, transformar as instituições sociais, assim como a compreensão do clima e do meio ambiente. Implica,

assim, em novas formas de poder, desigualdade e insegurança, junto com a criação de novas formas de ser e de atuar no mundo.

2. Justiça climática

Justiça climática constitui uma ideia derivada da justiça ambiental, que prioriza a análise dos impactos desiguais da mudança climática, sobre os grupos marginalizados e vulneráveis da sociedade. Este conceito foi debatido de forma pioneira, em 1999, em relatório produzido pelo instituto norte-americano CorpWatch, criticando a ambiguidade do *marketing* verde por empresas petrolíferas multinacionais.

Este conceito objetiva destacar os efeitos do crescimento econômico e do consumismo insustentável sobre o planeta, em especial, a desigualdade nos impactos sobre os grupos mais ricos e mais vulneráveis da sociedade.

> Justiça climática significa, em primeiro lugar, eliminar as causas do aquecimento global, permitindo à Terra a sustentar nossas vidas e de todos os demais seres vivos. Isto implica na radical redução das emissões de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa. Nos EUA significa que as soluções adotadas não podem afetar desproporcionalmente as comunidades de baixa renda, a população negra, ou os trabalhadores que mantém a cadeia produtiva dos combustíveis fósseis (CorpWatch, 1999, p. 3, tradução livre).

A concepção de justiça climática permite aprofundar a busca pelas raízes sociais, econômicas e políticas da emergência climática, expondo como os mais vulneráveis, aqueles que menos contribuíram para o problema, são os que mais sofrem os impactos. Constitui uma abordagem ética e política que emerge como evolução da justiça ambiental, focando nas desigualdades sociais amplificadas pelas mudanças climáticas. Conecta os direitos humanos, a equidade e a sustentabilidade, propondo medidas para reduzir os impactos climáticos nos grupos mais expostos, como as populações em áreas urbanas periféricas ou os povos indígenas.

3. Estratégias de respostas

O conceito de justiça climática está embasado por uma dimensão da necessidade de redistribuição da riqueza nacional, bem como uma orientação procedimental, que orienta a identificação de riscos e benefícios.

> A justiça climática está também diretamente ligada à agenda de mitigação. Embora a redução de emissões seja essencial, políticas como a expansão de energias renováveis podem deslocar comunidades vulneráveis, por exemplo, enquanto a precificação do carbono pode onerar famílias de baixa renda. Para evitar tais desigualdades, é fundamental garantir participação comunitária, promover uma transição justa para trabalhadores e distribuir custos e benefícios de forma equitativa (Barreiros *et al*., 2025).

Mais do que apenas conceito ambiental, a internalização da justiça climática em políticas públicas representa um marco de justiça social, reconhecendo desigualdades históricas e promovendo a participação das populações mais afetadas nos processos decisórios. O debate envolve questões relevantes, desde racismo ambiental, acesso a saneamento básico, moradia digna e água potável, além da luta pela demarcação de territórios indígenas e quilombolas, até o planejamento urbano e regional.

Recentemente, o Instituto Conectas elaborou um plano de ação com oito eixos, propondo caminhos para reajustar a governança climática brasileira e ampliar a proteção contra violações de direitos. A publicação, "Impulsionando a Ação Climática a partir de Direitos Humanos", foi lançada em setembro de 2023, em seminário do Conselho Nacional de Justiça, cujo texto Conectas (2023), sintetizamos a seguir.

1 - **Garantia de participação, acesso à informação e educação climática.**

A adaptação climática depende da participação pública, do acesso à informação e da educação climática. Esses são direitos humanos e fundamentais interrelacionados, consolidados na Constituição Federal de 1988, bem como especificados em tratados,

além de legislação específica. A interrelação dos direitos à informação e à participação na resposta à emergência climática refletem tratados internacionais. Assim, o Acordo de Paris de 2015, ancora a Ação para o Empoderamento Climático que prevê a educação, a conscientização pública, a participação popular e o acesso público à informação como elementos centrais da política climática.

2 - **Centralização de questões de classe, raça e gênero e enfrentamento ao racismo ambiental**.

A justiça climática é parte da transição para uma sociedade justa e resiliente, a partir do enfrentamento ao racismo ambiental. Algumas populações sentem os impactos da crise climática de forma mais aguda. A justiça climática inclui três principais eixos: a justiça distributiva, a justiça processual e a justiça do reconhecimento. A justiça distributiva busca minimizar a desigualdade dos impactos, a partir de uma distribuição mais justa da riqueza, e que considere ônus e responsabilidades históricas nos diferentes níveis. A justiça processual busca a representatividade política equitativa e procedimentos mais transparentes e participativos em todos os níveis, originando políticas socioambientais e climáticas mais justas. A justiça do reconhecimento serve como base às outras duas, porque busca a identificação e admissão de padrões históricos e coloniais de exploração e da distribuição desigual de ônus e bônus.

3 - **Garantia de direitos dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais**.

A garantia dos direitos humanos especialmente para povos indígenas e comunidades tradicionais, incluindo os direitos à cultura e ao território, é central para a ação climática. Estão previstos expressamente na Constituição Federal, protegem de diferentes formas, tanto as pessoas mais afetadas pelo racismo ambiental, como os territórios de que dependem para a manutenção de um meio ambiente saudável. A sociedade civil, de forma ampla, por meio de organizações de direitos humanos e de movimentos sociais, deve se fazer ouvir.

4 - **Ampliação da sustentabilidade a partir da garantia de direitos sociais e econômicos**.

A redução das vulnerabilidades sociais representa parte essencial da adaptação climática, bem como da construção de comunidades resilientes. Os direitos sociais e econômicos do cidadão são previstos na Constituição Federal de 1988, bem como em ampla legislação específica. Porém, a implementação de políticas públicas eficazes e de qualidade são necessárias para que sejam garantidos na prática. A Política Nacional sobre Mudança do Clima identifica a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático como um de seus objetivos.

5 - **Proteção dos direitos humanos diante da transição energética**.

Medidas de descarbonização, como a redução das emissões de gases de efeito estufa, e a ampliação dos sumidouros de carbono, são urgentes. Por isso, as energias renováveis, a eficiência energética, os meios de transporte públicos e as tecnologias de agricultura de baixo carbono devem ser estimulados, o desmatamento deve ser eliminado. No entanto, mecanismos, tecnologias e políticas públicas mobilizados para descarbonização devem estar atentos à lógica de distribuição desigual dos ônus e bônus do mundo globalizado para revertê-la, no processo de adaptação às mudanças ao clima.

6 - **Fortalecer mecanismos de responsabilização e garantia de direitos humanos**.

A litigância climática tem crescente papel na garantia dos direitos humanos e da ação climática, especialmente no Sul Global. No Brasil, a maior parte das ações tem se direcionado ao Estado, devido à sua recente omissão na implementação de políticas públicas climáticas, em desrespeito ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado inscrito na Constituição Federal, na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e no Acordo de Paris. Essas ações buscam a efetividade da atuação estatal para a garantia dos direitos humanos

e contribuem para a implementação de compromissos, leis e políticas públicas, bem como o planejamento nacional alinhado com um desenvolvimento de baixo carbono, resiliente e garantidor de justiça social.

7 - **Elaboração de políticas de adaptação e compensação**.

Além do nível nacional, é extremamente importante que os municípios e estados tenham seus planos de adaptação, uma vez que os riscos e as soluções são específicos para cada região. Para que isso ocorra de forma inclusiva e efetiva, é importante que o governo federal e organizações da sociedade civil apoiem a elaboração, e que a sociedade civil participe de seu desenvolvimento, mas não somente no nível local. As Prefeituras estão mais próximas da implementação de medidas e têm visão privilegiada para o desenvolvimento de ações, mas, contextos de violência, poder político, podem levar a práticas de exclusão, coerção e simulação de participação em discussões locais. Por isso, os governos federal e estadual devem estar atentos e promover fóruns multinível que fortaleçam os grupos mais vulneráveis a partir da atuação coletiva.

8 - **Proteção de pessoas que atuam como defensoras socioambientais, especificamente com mudanças climáticas.**

O Brasil é um dos países onde mais defensores socioambientais são atacados e assassinados, especialmente em zonas rurais. Povos indígenas e de outras comunidades tradicionais, relatando o desmatamento ou o garimpo ilegal na Amazônia estão particularmente vulneráveis. Para garantir a ação climática e o respeito aos direitos humanos das pessoas defensoras, o Brasil deve atuar para garantir um ambiente seguro para elas. Isso depende da recuperação e fortalecimento institucional, de ações efetivas de fiscalização e da implementação efetiva de políticas públicas de proteção, inclusive através de postura e discurso que deem respaldo e avancem a ação climática.

Referências

ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BARREIROS, R. *et al*. Entenda o que é justiça climática. 11 fev. 2025, **Artigo Programa de Clima WRI Brasil.** Disponível em: https://www.wribrasil.org.br. Acesso em: 21 mar. 2025.

BECK, U. [1986]. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECK, U. **World risk society**. Cambridge: Polity Press, 1999.

BORUNDA, A. As origens da justiça ambiental e por que só agora ela recebe a atenção devida. 20 mar. 2021, **National Geographic**. Disponível em: https://www.nationalgeographicbrasil.com. Acesso em: 21 mar. 2025.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS (CONECTAS). **Impulsionando a ação climática a partir dos direitos humanos**: relatório completo. São Paulo, 2023.

CORPWATCH. **Greenhouse gangsters vs. Climate justice**. Relatório de pesquisa. San Francisco: TRAC, 1999.

GENERAL ACCOUNTING OFFICE (GAO). **Siting of hazardous waste landfills and their correlation with racial and economic status of surrounding communities**. Washington, jun. 1983. [fac símile]. Disponível em: http://archive.gao.gov/d48t13/121648.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.

GUIVANT, J. O legado de Ulrich Beck. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 229-240, jan.-mar. 2016

GUIVANT, J. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 16, p. 95-112, abr. 2001.

IORIS, A. O que é justiça ambiental. Resenha. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 389-392, jul.-dez. 2009

LOPES, J. O contrato social como ideia regulatória: a evolução de um conceito jurídico. **Revista da AGU**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 205-224, abr./jun. 2018.

MARSHALL, T.; BOTTOMORE, T. [1950]. **Cidadania e classe social**. Trad. Luiz de Araújo. São Carlos: Editora UNESP, 2021.

MCGURTY, E. **Transforming environmentalism**: Warren County, PCBs, and the origins of environmental justice. Rutgers University Press, 2009.

UNITED CHURCH OF CHRIST (UCC). Commission for Racial Justice. **Waste and race in the United States**. [fac símile]. New York, 1987. Disponível em: https://www.nrc.gov. Acesso em: 21 mar. 2025.

UNIVERSITY OF NORTH CAROLINA (UNC). Department of Health Behaviour. **Real people, real stories**: Afton, NC. Chapel Hill: Exchange Project, 2006. Disponível em: https://exchangeProje .unc.edu/real_people/afton_overview/. Acesso em: 23 mar. 2025.

Capacidades Estatais e Eventos Extremos

Luci Léia Kühn

1. Eventos extremos no Rio Grande do Sul

Na última década, a elevada frequência e severidade de eventos extremos, tornou-se corriqueiro em nosso dia-a-dia, tais como: inundações, secas, tornados e outros eventos causadores de danos à população, infraestrutura e meio ambiente, exigindo respostas rápidas e mais eficazes por parte da Defesa Civil (MCTI, 2024).

No Brasil, tivemos períodos de calor extremo, seguidos de nove ondas de calor registradas acima da média, afetando quase todo o país. O Rio de Janeiro com sensação térmica em torno dos 60°C. A região amazônica passou por uma seca histórica, a mais intensa da Bacia do Rio Negro. Observa-se o aumento de eventos extremos há um bom tempo, e tudo indica que seguirá nessa mesma dinâmica, com ondas de calor, tempestades extremas, inundações e secas (Climameter, 2024).

O Rio Grande do Sul enfrenta recorrentes eventos extremos. O ano de 2023 começou com estiagem e, ao longo do mesmo ano, o estado foi atingido por chuvas, ciclones, enxurradas e inundações (Agência Pública, 2023). Em 2024, o estado voltou a ser impactado por enchentes, em um dos maiores desastres naturais da história do Rio Grande do Sul. Praticamente, todo o território gaúcho foi afetado a partir do final de abril, com o transbordamento de rios, córregos e lagoas, resultando na inundação e devastação de cidades e áreas rurais.

Conforme o MapBiomas, praticamente dois terços ou aproximadamente 61% dos municípios do Rio Grande do Sul foram impactados, em maior ou menor grau, pelos eventos climáticos extremos nos períodos entre abril e maio de 2024. Os impactos registrados são demonstrados por imagens de vários sistemas de

satélite coletadas, analisadas e validadas pelos técnicos do MapBiomas. Sendo que, as áreas atingidas por movimentos de massa, como os deslizamentos de terra, enxurradas, inundações e alagamentos nos referidos meses, foram estimadas em torno de 15.778 km² – o equivalente a 5,6% dos 281.748 km² de extensão do estado.[1]

As intensas chuvas no Rio Grande do Sul causaram a enchente mais devastadora, assolando toda região da Bacia dos Rios Taquari e das Antas, abrangendo 478 municípios do Rio Grande do Sul, balanço até 14/06/24 (Defesa Civil, 2024). A capital, Porto Alegre (RS), teve várias ruas inundadas, e o aeroporto e a rodoviária foram interditados em virtude das águas do lago Guaíba terem ultrapassado o muro da Av. Mauá, que serve de proteção desde a cheia do Lago Guaíba, em 1941 (Brasil de Fato, 2024).

Quadro 1 – Tabela com balanço das enchentes no Rio Grande do Sul pela Defesa Civil de 2024 até 01/07/2024

MUNICÍPIOS AFETADOS	**478**
Pessoas em abrigos	10.793
Desalojados	422.753
Afetados	2.398.255
Feridos	806
Desaparecidos	33
Óbitos confirmados	179

Fonte: Tabela balanço dos dados das enchentes. Defesa Civil, 2024.[2]

A incidência crescente desses eventos extremos, alavancados pelas rápidas mudanças climáticas, demonstra-se como um desafio significativo aos gestores públicos e principalmente para a gestão de riscos e desastres da Defesa Civil, no estado do Rio Grande do Sul.

Com o advento das tecnologias da informação e o rápido crescimento no processo da digitalização, o aumento do uso de

[1] Brasil: https://brasil.mapbiomas.org/2024/06/10/dois-tercos-dos-municipios-do-rio-grande-do-sul-foram-afetados-pelos-eventos-extremos-deste-ano/

[2] Defesa Civil: Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 01/7, 9h. Disponível em: https://www.defesacivil.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-10-6-9h-6671eb9e34066-6679e4a1759fd-667dc83f8db7f-6682af309d833. Acesso em: Jul.24.

tecnologias digitais, em diversos setores da sociedade, tornou-se vertiginoso, consequentemente a produção de dados alcançou volumes imensuráveis. Como resultado disso, temos o crescente volume de banco de dados, tornando-se um bem precioso e uma ferramenta essencial, no que tange aos desastres climáticos, pois partir desses dados é possível avaliar comportamento e demandas públicas.

As geotecnologias constituem um conjunto de tecnologias capazes de coletar, processar, analisar e ofertar dados com referências geográficas, tornando-se uma potente ferramenta para tomada de decisões e soluções, por gestores. Dentre as geotecnologias destacamos: os sistemas de informação geográfica (SIGs), cartografia digital, sensoriamento remoto, sistema de posicionamento global e a topografia georreferenciada (Rosa, 2011).

Constam na Lei de Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), os objetivos e diretrizes que devem ser seguidos e dentre essas diretrizes e objetivos, devem abranger as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil (PNPDEC, 2012). Portanto, as políticas públicas existentes também devem ser adaptadas à realidade dos eventos extremos, necessitando de aprimoramento para garantir a efetividade da gestão de riscos e desastres.

2. Um pouco sobre capacidades estatais

A definição de capacidades estatais pontua-se em duas dimensões: dimensão técnico-administrativa; e políticos-relacionais, sendo que a primeira dimensão procura identificar a presença de burocracias profissionalizadas e recursos relativos às organizações públicas envolvidas; a segunda dimensão está ligada às habilidades da burocracia do executivo e à presença de recursos focados em dialogar com atores políticos e não estatais.[3]

O conceito de capacidades estatais é abrangente e multidimensional, tendo várias interpretações intuitivas que

[3] Gomide, 2024.

carregam o risco de confundir, em vez de esclarecer, sua importância para a aplicação empírica.[4] Este é um conceito-central em várias disciplinas, como ciência política, política comparada, relações internacionais, administração pública, direito, economia, sociologia e história. O conceito é de caráter multidisciplinar, pois envolve conceitos políticos, institucionais, administrativos e técnicos. Esse conceito abrange a habilidade do Estado de formular e implementar políticas públicas de forma eficaz, bem como, garantir a ordem e promover o bem-estar social (Gomide,2022).

A eficácia da gestão de riscos diante do enfrentamento aos eventos extremos, pela Defesa Civil do Rio Grande do Sul, está diretamente relacionada ao nível de suas capacidades estatais, compreendendo dimensões técnico-administrativas, como o uso de geotecnologias e sistemas de monitoramento, e político-relacionais, como a articulação interinstitucional. O fortalecimento das capacidades tem o potencial de mitigar impactos socioeconômicos e ambientais ocasionados pelos desastres, desde que sejam articuladas de maneira integrada, apoiadas por recursos suficientes e acompanhadas de uma execução eficiente, sendo as capacidades estatais multidimensionais e organizadas em diferentes categorias refletem características fundamentais para a implementação de políticas públicas eficazes.

2.1 Defesa civil, gestão de riscos e tecnologias usadas

Por definição, a Defesa Civil é o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, com o objetivo de evitar ou minimizar os efeitos de desastres. No Rio Grande do Sul, a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil foi criada através do Decreto Estadual nº 20.357, de 9 de julho de 1970, em resposta às intensas chuvas daquele ano.

A referida coordenadoria foi implementada a partir das chuvas intensas, em 1970, que ocasionou inundações e deixou mais

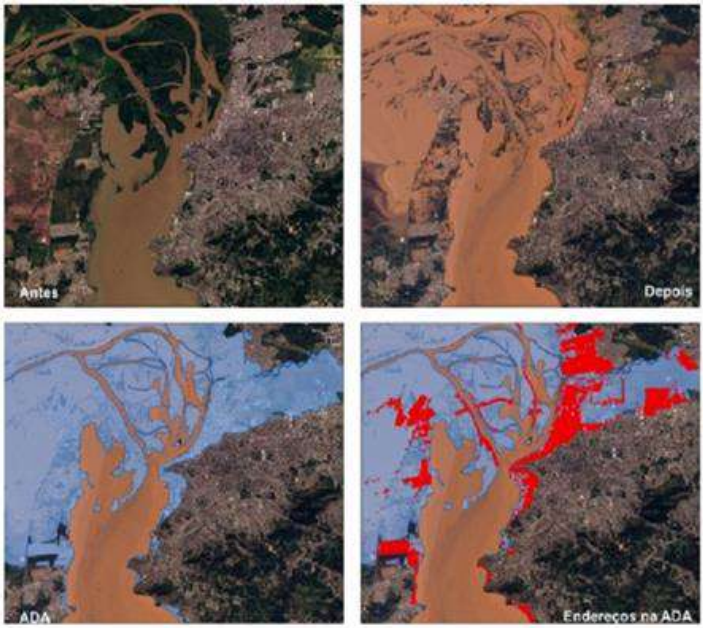
[4] Gomide, 2016.

de sete mil desabrigados na Região metropolitana de Porto Alegre. A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil foi implementada em resposta às intensas chuvas de 1970, que ocasionaram inundações e deixaram mais de sete mil desabrigados na Região metropolitana de Porto Alegre. Foi em 9 de julho de 1970, quando o Rio dos Sinos transbordou e o Lago Guaíba inundou as ilhas, forçando os moradores a saírem, marcando assim a primeira atuação da equipe estadual da Defesa Civil.

Participando ativamente no enfrentamento de eventos históricos, como o primeiro simulado de acidente aéreo em Porto Alegre, em 1982, onde foi testado o plano de salvamento aéreo de emergência, e também na operação de assistência após a enchente que afetou o estado no mesmo ano. Através das primeiras operações de resposta a desastres nos anos 1970 e 1980, a Defesa Civil do Rio Grande do Sul se modificou através da profissionalização e solidificou suas capacidades de gestão de riscos e desastres.

Por meio desse desenvolvimento de políticas, infraestrutura e sistemas tecnológicos, sua atuação ficou mais abrangente e eficiente nas quatro etapas fundamentais: prevenção, preparação, mitigação e resposta (Defesa Civil, 2024).

Figura 1 – Imagens de satélite são utilizadas para delimitar a área diretamente atingidas



Fonte: Foto divulgação SPGG (2024).[5]

No dia 15 de julho de 2024, o governo do estado do Rio Grande do Sul lançou a versão pública do Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP RS). Essa ferramenta permite que qualquer pessoa obtenha informações detalhadas sobre as cidades atingidas, incluindo endereços, vias, domicílios, empresas, equipamentos públicos, e a quantidade de pessoas impactadas. Por meio dessa iniciativa do Governo Estadual busca-se através do Plano Rio Grande, atuar em três eixos: ações emergenciais, ações de reconstrução e Rio Grande do Sul.

[5] Brasil: Governo lança sistema de mapeamento de áreas atingidas que agiliza destinação de recursos Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/governo-lanca-sistema-de-mapeamento-de-areas-atingidas-que-agiliza-destinacao-de-recursos. Acesso: Jun.2024

2.1.1 Estrutura da Defesa Civil

A Defesa Civil teve sua estrutura definida em 2003, por meio do Decreto Estadual n. º 42.355, de 18 de julho daquele ano. Está diretamente ligada à Casa Militar do Gabinete do Governador e localiza-se em Porto Alegre. De caráter permanente, a Defesa Civil visa reduzir impactos ocasionados por desastres e alertar a população para tomar medidas capazes de reduzir tais impactos.

> Conforme o DECRETO Nº 45.745, DE 09 DE JULHO DE 2008.
> Art. 3º - As ações de defesa civil são de caráter permanente e objetivam, fundamentalmente, a redução dos desastres, compreendendo os seguintes aspectos globais:
> I - a prevenção;
> II - a preparação para emergências;
> III - a resposta;
> IV - a reconstrução e a recuperação (GOV.RS.2008).

Por meio do apoio de diversas instituições, a Defesa Civil faz uso de uma ampla variedade de tecnologias voltadas à prevenção e a mitigação de eventos extremos. Entre as organizações parceiras, destacam-se universidades e institutos de pesquisa, como o IPH (Instituto de Pesquisas Hidráulicas), a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), além de institutos de meteorologia e Secretarias Estaduais (RSGOV, Defesa Civil, 2024).

Em abril de 2024, foi instalado um novo radar meteorológico por uma empresa contratada pelo estado, com o objetivo de prestar suporte ao monitoramento realizado pela Defesa Civil do Rio Grande do Sul. As análises dos dados gerados têm por objetivo reduzir os impactos por meio da emissão de alertas direcionados à sociedade como um todo, sem foco em um público específico, servindo de alerta tanto para um produtor rural, quanto para moradores de áreas de risco, como encostas ou zonas urbanas vulneráveis.

Diante do exposto, a Defesa Civil atua fomentando a prevenção junto à população por meio do uso de tecnologias, como o envio de alertas via SMS para usuários cadastrados, além da divulgação de informações em suas redes sociais. Com base nos dados coletados por diferentes tecnologias, a Sala de Situação realiza o monitoramento dos níveis dos rios, da ocorrência de chuvas e da intensidade dos ventos em todas as regiões do estado (Defesa Civil, RSGOV, 2024).

A Defesa Civil do Rio Grande do Sul descentraliza suas ações por meio de 10 (dez) Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil (CREPDEC), que atuam nos 497 municípios do estado (Defesa Civil, RSGOV, 2024). As Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil (CREPDEC) são representadas por:

Quadro 1 – Quadro dos respectivos CREPDEC, regiões e coordenadores

CREPDEC	Região	Coordenador
CREPDEC 1	Região Metropolitana	Coronel PM Adriano Zanini
CREPDEC 2	Passo Fundo	Tenente-coronel PM Darci Bugs Junior
CREPDEC 3	Santa Maria	Tenente-coronel BM Rafael Gonçalves Pereira
CREPDEC 4	Pelotas	Coronel PM Márcio André Facin
CREPDEC 5	Santo Ângelo	Major BM Silvano Oliveira Rodrigues
CREPDEC 6	Uruguaiana	Major PM Luis Sandro de Souza Martins
CREPDEC 7	Frederico Westphalen	Coronel PM Alexandre Moreira Pereira
CREPDEC 8	Lajeado	Tenente-coronel PM Hélio Schauren Júnior
CREPDEC 9	Caxias do Sul	Coordenador: adjunto 1° tenente PM Ricardo Snitowski Bassan
CREPDEC 10	Tramandaí	Tenente-coronel BM Rodrigo Canci Pierosan

Fonte: Defesa Civil (abril, 2025).[6]

[6] https://defesacivil.rs.gov.br/regionais-da-defesa-civil

A Defesa Civil possui o apoio de diversas organizações, utilizando uma ampla gama de tecnologias voltadas à prevenção e mitigação de eventos extremos. Entre essas instituições parceiras estão universidades e centros de pesquisa, como o Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), além de órgãos como a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), institutos de meteorologia e Secretarias Estaduais (RSGOV, Defesa Civil, 2024).

2.1.2 Gestão de risco uma breve definição

Na literatura brasileira específica, não há uma definição única sobre gestão de risco. A falta de uma definição padronizada, desse termo no Brasil, gera confusões entre conceitos próximos, como suscetibilidade, perigo e vulnerabilidade.

Ao refletir sobre a terminologia dos "mapas de risco", que, na realidade, muitas vezes, designam mapas de suscetibilidade ou de perigo, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil atua na base do conceito EIRD (Estratégia Internacional para a Redução de Desastres), onde define o risco da seguinte forma:

> O risco é a probabilidade de que ocorram consequências prejudiciais e/ou danos (como, por exemplo, mortes, lesões, prejuízos econômicos, interrupção de se viços, entre outros), resultado da interação entre as ameaças e a vulnerabilidade. Convencionalmente, o risco é expresso pela equação[7].

Portanto, o risco ocorre, em maior ou menor grau, quando elementos vulneráveis estão localizados em áreas expostas à ameaça de algum fenômeno específico. A gestão de riscos necessita, primeiramente, que haja o conhecimento dos riscos aos quais uma sociedade está exposta, por meio de mapeamento e avaliação,

[7] CEPED/RS-UFRGS (2016, p. 38).

conforme disposto no Art. 6º da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Brasil, 2012).

Considerações finais

Diante do exposto sobre os eventos extremos das cheias ocorridas no estado do Rio Grande do Sul e em todo Brasil, o gerenciamento de riscos tornou-se necessário e, consequentemente, os investimentos em tecnologias capazes de analisar dados surgem como uma potente ferramenta para a defesa civil na esfera da previsão de possíveis desastres.

Com o aumento desses eventos, antes atípicos, percebemos o quanto o uso das geotecnologias é capaz de trazer benefícios para atenuar impactos diante de possíveis danos futuros. Tais análises funcionam como um instrumento de precaução com ensejo à prevenção no enfrentamento dos eminentes eventos climáticos extremos cada vez mais inseridos em nosso cotidiano.

Os dados analisados entre 2023 e 2024 evidenciam o aumento de desastres relacionados às chuvas e secas, reforçando a importância do monitoramento constante. Os sistemas de alerta tornaram-se ferramentas essenciais na prevenção de danos iminentes, especialmente em cidades situadas em áreas de risco, como margens de rios, lagos e encostas. O desastre ocorrido em 2024, no Vale do Taquari, é um exemplo de como sistemas de alerta eficazes podem reduzir perdas humanas e materiais. O monitoramento contínuo de dados fornece informações cruciais para mitigar impactos, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais, contribuindo diretamente para a preservação de vidas.

No que se refere à dimensão técnico-administrativa, evidencia-se o uso de geotecnologias, tais como radares meteorológicos e plataformas de monitoramento hidrológico, sistemas de alerta via SMS e redes sociais, além da atuação da Sala de Situação em tempo real, que analisam variáveis climáticas em todo o estado. Somando-se a isso, a parceria com instituições como IPH, INPE, CEMADEN e Universidades contribui com dados

científicos e tecnológicos para a antecipação de riscos. E, na dimensão político-relacional destaca-se a articulação entre a Defesa Civil estadual, os municípios e o Governo Federal, além de instituições públicas e privadas, que juntas fortalecem ações integradas na resposta e prevenção a desastres. A descentralização da estrutura por meio das 10 Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil (CREPDEC), com atuação nos 497 municípios, reforça o alcance territorial e a capilaridade da gestão de riscos no estado.

Através do fortalecimento dessas capacidades, juntamente com recursos financeiros adequados, pessoal técnico qualificado e políticas públicas consistentes, potencializa-se a mitigação dos impactos socioeconômicos e ambientais dos desastres e o enfretamento aos frequentes aumentos dos eventos climáticos que assolam todo país e estado do Rio Grande do Sul.

Tais eventos climáticos tornaram-se rotineiros nas últimas décadas, e as capacidades estatais são exigidas em um nível de resposta rápida, o que, muitas vezes, dificulta sua atuação diante dos constantes eventos extremos. Contudo, o que antes era exceção parece ter se tornado a norma — os eventos climáticos extremos fazem parte de uma nova rotina e não são mais apenas ocorrências extraordinárias. O "novo normal" exige um olhar diferenciado por parte das capacidades estatais e de toda sociedade.

Referências

BRASIL. **Governo lança sistema de mapeamento de áreas atingidas que agiliza destinação de recursos**. Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/governo-lanca-sistema-de-mapeamento-de-areas-atingidas-que-agiliza-destinacao-de-recursos. Acesso: jun. 2024.

BRASIL DE FATO. **Nível do Guaíba chega a 5m e ultrapassa o registro de 1941.** Disponível em: https://www.brasildefators.com.

br/2024/05/04/nivel-do-guaiba-chega-a-5m-e-ultrapassa-o-registro-de-1941/. Acesso em: mai. 2024.

BRASIL. CEMADEN. **Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - Cemaden/MCTI .** Disponível em: https://www.gov.br/cemaden/pt-br/. Acesso em: jul. 2024.

BRASIL. **CEMADEN. SEI_MCTI – 12126603.** Nota Técnica Disponível em: https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/monitoramento/notas-tecnicas/nota-tecnica-no-412-2024-sei-cemaden-mapeamento-dos-movimentos-de-massa-relacionados-ao-desastre-de-abril-maio-2024-no-estado-do-rio-grande-do-sul/sei_mcti-12126603-nota-tecnica.pdf/view/. Acesso em: jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm/. Acesso em: jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm/. Acesso em: jul.2024.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Regional.** Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/pndc.pdf/. Acesso em: jul. 2024.

BRASIL. CEMADEN. **O Cemaden e sua competência no âmbito do Plano Nacional de Gestão de Risco de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.** Disponível em: https://www.gov.br/cemaden/pt-br/acesso-a-informacao/institucional-1/o-cemaden-e-sua-competencia-no-ambito-do-plano-nacional-de-gestao-de-risco-de-riscos-e-resposta-a-desastres-naturais/. Acesso em: jul. 2024.

BRASIL. **Governo lança sistema de mapeamento de áreas atingidas que agiliza destinação de recursos.** Disponível em:

https://www.estado.rs.gov.br/governo-lanca-sistema-de-mapeamento-de-areas-atingidas-que-agiliza-destinacao-de-recursos/. Acesso em: jun.2024.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.** PNPDEC: Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso: abr. 2024.

BRASIL. MAP BIOMAS. **Os impactos do evento climático de maio de 2024 sobre a cobertura e o uso da terra no Rio Grande do Sul.** Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-con-tent/uploads/sites/4/2024/06/NT_Evento_climatico_extremo_RS_maio_2024_Final.pptx.pdf/. Acesso em: jul. 2024.

BRASIL. **O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID integra diversos produtos da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC, com o objetivo de qualificar e dar transparência à gestão de riscos e desastres no Brasil, por meio da informatização de processos e disponibilização de informações sistematizadas dessa gestão.** Disponível em: https://s2id.mi.gov.br/paginas/sobre.xhtml/. Acesso em: jul. 2024.

BRASIL. **Série histórica.** Os arquivos acessados nas consultas da Série Histórica contêm as informações principais sobre os Reconhecimentos Federais de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública realizados pela SEDEC desde o ano de 2013. Disponível em: https://s2id.mi.gov.br/paginas/series/. Acesso em: nov. 2024.

CAMARINHA, P. I. *et al*. O que são eventos extremos? Uma reflexão sobre as diferentes perspectivas do termo. **Revista ClimaCom, Desastres**, ano 10, n. 25, 2023, p. 16. Disponível em: https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/o-que-sao-eventos-extremos/. Acesso em: jul. 2024.

CEMADEN. **Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.** Disponível em: http://www2.cemaden.gov.br/. Acesso: mai. 2024.

CEPED/RS-UFRGS. **Capacitação em gestão de riscos. [recurso eletrônico].** Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. 2. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luiz-Carlos-Silva-Filho/publication/322801189_Capacitacao_em_gestao_de_riscos/links/5a70a5a8458515015e63f115/Capacitacao-em-gestao-de-riscos.pdf/. Acesso em: jul.2024.

CLIMAMETER. **High temperature in Brazil heatwave intensified by both human-driven Climate Change and Natural Variability**. Disponível em: https://www.climameter.org/20240315-18-brazil-heatwave. Acesso: jun. 2024.

CONFEA. **Para ajudar a compreender a tragédia do Rio Grande do Sul**. Disponível em: https://www.confea.org.br/index.php/para-ajudar-compreender-tragedia-do-rio-grande-do-sul. Acesso em: jul. 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEFESA CIVIL. **Avisos e Alertas.** Disponível em: https://www.defesacivil.rs.gov.br/avisos-e-alertas. Acesso em: out. 2024.

DEFESA CIVIL. **Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil**. Disponível em: https://defesacivil.rs.gov.br/regionais-da-defesa-civil/. Acesso em: abr. 2025.

DEFESA CIVIL. **Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS.** Disponível em: https://www.defesacivil.rs.gov.br/defesa-civil-

atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-10-6-9h-6671eb9e34066-66 79e4a1759fd-667dc83f8db7f-6682af309d833/. Acesso em: jul. 2024.

FAMURS. **Defesa Civil e Famurs enviam informe especial para os 497 municípios do RS.** Disponível em: https://famurs.com.br/noticia/2634#:~:text=Ap%C3%B3s%20a%20publica%C3%A7%C3%A3o%20do%20Decreto%20N%C2%BA%2010.,do%20RS%20e%20as%2027%20Associa%C3%A7%C3%B5es%20Regionais/. Acesso em: jan. 2025.

GIL, A. C. Escolha do tema. *In*: **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMIDE, A.; MARENCO, A. **Capacidades estatais**: avanços e tendências. Brasília: ENAP - Escola Nacional de Administração Pública (Brasil), 2022. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7875/. Acesso em jul. 2024.

GOMIDE, A. de Á.; BOSCHI, R. R. **Capacidades estatais em países emergentes:** o Brasil em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6057/. Acesso em nov. 2024.

HANSEN, M. A. da F. **Revista Geominas,** ed-146, 2023. Disponível em: https://www.conselhoemrevista.inf.br/_files/ugd/be92a0_0466e2d8491e46dd8409854a28791b7e.pdf/. Acesso em 29 abr. 2024.

MARCELINO, E. V. Desastres Naturais e Geotecnologias: Conceitos Básicos**. INPE**. 2008. Disponível em: http://mtc-m16c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m18@80/2008/07.02.16.22/doc/publicacao.pdf/. Acesso em abr. 2024.

MCPHILLIPS, l. E. *et al*. Defining Extreme Events: A Cross-Disciplinary Review. **Earth's Future**, 6(3), 441-455, 2018. Disponível em:https://doi.org/10.1002/2017EF000686/. Acesso em: jun. 2024.

MCTI. **Não há dúvida que esses eventos extremos são associados à mudança do clima, afirma cientista.** Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/05/nao-ha-duvida-que-esses-eventos-extremos-sao-associados-a-mudanca-do-clima-afirma-cientista/. Acesso. jul. 2024.

MUPRS. **Mapa único do Plano Rio Grande**. Disponível em: https://mup.rs.gov.br/. Acesso em: jun.2024.

POSSANTTI, I. *et al*. (Ed.). **Cheias no Rio Grande do Sul - Base de dados e informações geográficas na Região Hidrográfica do Lago Guaíba e na Lagoa dos Patos em 2024. UFRGS.** Disponível em: https://storymaps.arcgis.com/stories/a81d69f4bccf42989609e3fe64d8ef48/. Acesso em: jul.2024.

REDEBRASPOR. **Mares e Litorais:** Perspectivas transdisciplinares - Tomo VII da Rede BRASPOR. Uso de geotecnologias no gerenciamento de riscos associados à ação de eventos meteorológicos de grande intensidade no extremo Sul do Brasil. 2018. Disponível em: https://www.redebraspor.org/livros/2018/Braspor%202018%20-%20Artigo%206.pdf/. Acesso em: abr. 2024.

ROSA, R. Geotecnologias na Geografia aplicada**. Revista do Departamento de Geografia**, v. 16, p. 81-90, 30 abr. 2011.

RS.GOV. **A busca pelo termo "eventos extremos" encontrou 11 resultados**. Disponível em: https://www.defesacivil.rs.gov.br/busca?palavraschave=eventos+extremos&periodoini=28%2F01%2F2022/. Acesso em: jul. 2024.

RS.GOV. **Decreto nº 45.745, de 09 de julho de 2008.** Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2045.745.pdf/. Acesso em: jul. 2024.

RS.GOV. **Defesa Civil incentiva cultura de prevenção para minimizar riscos de desastres.** Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-incentiva-cultura-de-prevencao-para-minimizar-riscos-de-desastres/. Acesso em: abr. 2024.

RS.GOV. **Estiagens e Secas. A estiagem foi o evento que mais atingiu pessoas no RS no período de 2017 e 2021, representando 43,2% do total do Estado.** Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/estiagens-e-secas/. Acesso: abr. 2024

RS.GOV. **Busca pelo termo "eventos extremos" encontrou 241 resultados.** Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/busca?palavraschave=eventos+extremos&periodoini=28%2F01%2F2022/. Acesso em: jul. 2024.

RS.GOV. **Inundações. Mais de 400 mil pessoas foram afetadas por inundações no período de 1991 a 2024 no Rio Grande do Sul.** Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inundacoes. Acesso em: ago. 2024.

RS.GOV. **Mapa único do Plano Rio Grande. Mapa Único do Plano Rio Grande. Área diretamente atingida.** Disponível em: https://mup.rs.gov.br/. Acesso: jul. 24.

RS.GOV. **Quem somos.** Disponível em: https://www.defesacivil.rs.gov.br/quem-somos/. Acesso em jul. 2024.

SCIELO. **Busca Eventos Extremos.** Disponível em: https://search.scielo.org/?q=geotecnologias&lang=pt&count=15&from=0&output=site&sort=&format=summary&fb=&page=1&filter%5Bin%5D%5B%5D=scl&q=eventos+extremos&lang=pt&page=1/. Acesso em jul. 2024.

SUL 21. **Retropestiva**: O ano em que o RS mais sofreu os efeitos da crise climática. Disponível em: https://sul21.com.br/noticias/geral/

2023/12/retrospectiva-o-ano-em-que-o-rs-mais-sofreu-os-efeitos-da-crise-climatica/. Acesso em: abr. 2024.

ZENODO. **Banco de dados das cheias na Região Hidrográfica do Lago Guaíba em Maio de 2024.** Disponível em: https://zenodo.org/records/12593168. Acesso: jul. 2024.

Do *Lobby* às Políticas Públicas: os desafios para a incidência popular nas Políticas Públicas Ambientais

Li Rassier de Andrade

Os interesses privados compõem, de forma natural, a equação entre os diversos atores sociais e estão intrinsecamente ligados à formulação de alternativas nas agendas públicas ambientais. No entanto, quando se avaliam as possíveis soluções para os problemas socioambientais, observa-se que os agentes privados (aqui entendidos como empresas e grupos empresariais), frequentemente ocupam uma posição de vantagem. Essa vantagem, por vezes, se constrói a partir de critérios questionáveis na definição das políticas. Para analisar esse perfil de incidência do setor privado nas políticas públicas, este capítulo aborda um estudo de caso municipal: a gestão de resíduos sólidos em Porto Alegre. A escolha não é aleatória, o modelo de gestão proposto na capital gaúcha tem se expandindo para outras cidades do Rio Grande do Sul e do Brasil, pois é parte da agenda pública nacional. A análise parte de considerações empíricas obtidas por meio de pesquisa e de notas técnicas elaboradas pela Frente Pela Gestão de Resíduos Sólidos Participativa (organização formada por estudantes e docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da UNISINOS, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), e por catadoras e catadores vinculados ao Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR). Essa Frente organizou-se com o objetivo de analisar criticamente a proposta de Parceria Público-Privada (PPP) apresentada pela Prefeitura de Porto Alegre para a gestão de resíduos urbanos.

A PPP e sua inadequação social, econômica e ambiental

Tratar sobre gestão de resíduos é, também, tratar sobre as catadoras e catadores de materiais recicláveis, que operam em Unidades de Triagem a partir de cooperativas ou associações de catadores ou através de coleta individual. Ainda, em Porto Alegre, tratar sobre a gestão de resíduos é tratar sobre a precarização das capacidades estatais municipais e sua íntima relação com o fortalecimento de empresas de aterramento, de coleta, de contêineres e de transporte. Portanto, devemos aqui analisar um dos projetos propostos ao município de Porto Alegre, a Parceria Público-Privada, contudo, com exemplos que podem extrapolar a gestão municipal e estadual.

A PPP é um projeto de privatização da gestão de resíduos, é uma proposta que confronta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o Código Municipal de Limpeza Urbana, a Política Municipal de Resíduos Sólidos de Porto Alegre, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e uma dezena de outros dispositivos legais. O descumprimento das diretrizes que foram erguidas a partir de movimentos sociais e ambientais significa, para a sociedade, a vedação de economia solidária, desincentivo a tecnologias sociais de geração de trabalho e renda a partir de uma gestão ambiental popular e periférica.

O projeto de concessão, na prática, uma privatização, garante à iniciativa privada 35 anos do monopólio da gestão dos resíduos. Por exemplo, de 2025 a 2060. A gestão privada terá o monopólio da expertise para atuar nesse setor, o maquinário e as plantas de unidades de triagem, que são responsáveis pelo processo de separação do material reciclável. Após esse período de 35 anos, a questão é: quem, além da empresa concessionária, saberá realizar essa atividade, além da própria empresa que detém o monopólio? Portanto, a expectativa é o prolongamento deste contrato.

Para além do enorme período de vigência contratual e seu prolongamento, outro fator de exclusão de agentes sociais é

perceptível a partir da ausência de participação pública no processo. Para toda concessão de serviço público há a exigência legal da realização de consulta pública, no entanto, para esse processo, a consulta ocorreu via *Google Forms*, entre um período de recessos (dezembro de 2024 a fevereiro de 2025). O fato de ter sido via *Google Forms* é, por si só, excludente. Mais de seus mil catadoras e catadores, público extremamente interessado no assunto, não obteve acesso à consulta. Ainda, para aqueles que conseguiram acessar, o mecanismo era de dificílima compreensão, transformando a participação social em inexistente. A tecnocracia foi evidenciada na consulta pois foram disponibilizados 23 documentos repletos de termos jurídicos e encaminhamentos para documentos externos, com a ausência de qualquer orientação prévia. Restringindo o conhecimento ao projeto para aqueles que trabalham na prefeitura, as empresas interessadas e os poucos pesquisadores envolvidos na Frente Pela Gestão de Resíduos Sólidos Participativa.

Ademais, inicialmente não houve divulgação da consulta, mas, após denúncia feita através de Ação Civil Pública, a Secretaria Municipal de Parcerias, alterou a estratégia e publicou sobre a consulta. A Prefeitura de Porto Alegre optou por divulgar essa consulta pública através de um jornal chamado "Jornal Cidades", uma ramificação do "Jornal do Comércio", que só podem acessar assinantes e têm publicações somente de administração pública. Ou seja, seguiu sem divulgação e em desconformidade com a legislação sobre PPPs. Praticamente todo o serviço de gestão de resíduos da cidade está envolvido nesse projeto, com exceção somente da poda e da varrição, sem controle social.

Apesar da ausência de Consulta Pública, tudo que sabemos sobre a PPP se deu através dos complexos e genéricos 23 documentos disponibilizados nela. Isso ocorre porque o estudo técnico encomendado pela prefeitura não foi divulgado à população. O documento é obrigatório para justificar a privatização do serviço público, mas, para os responsáveis pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana, não poderia ser

divulgado porque a empresa que o fez tem direitos autorais sobre o estudo. Poderá divulgar somente após o seu pagamento, que é 7 milhões de reais. A informação fundamental, no entanto, é que esse pagamento será realizado pela empresa que ganhar a concessão. Ou seja, a empresa paga os estudos que justificam seu próprio sucesso no município. Um dos questionamentos que ficam é: se não não houver concessão quem pagará o estudo que supostamente, foi realizado? Como a prefeitura provoca alterações tão significativas na estrutura social e econômica sem transparência naquilo que, supostamente, justificaria a atitude?

Outro problema do projeto é que somente após a contratação da empresa que assume a concessão, serão realizados os planos fundamentais para a gestão de resíduos de um município: o plano de Educação Ambiental e de Inclusão e Proteção Social dos Catadores, após seis meses de contratação. Contrário à Política Nacional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e outras legislações, no projeto municipal, o papel de catadores é restringido somente enquanto necessitados de proteção social. Esse é um ponto crucial: a gestão não deve tratar os catadores somente como beneficiários de políticas distributivas e redistributivas, mas como uma categoria trabalhadora, que opera uma tecnologia de transformação ambiental, social e econômica, de forma a colaborar para a obrigação da cidade de oferecer um futuro sustentável. Para tanto, os catadores devem ser reconhecidos como prestadores de serviço ambiental urbano e orientados para o fortalecimento disso.

Ainda, o projeto coloca a coleta indiferenciada, ou seja, a coleta misturada de resíduos orgânicos e secos, em primeiro plano. Em segundo plano vem a coleta seletiva, que é restrita ao material reciclável. A coleta misturada resulta na contaminação dos resíduos recicláveis com orgânicos, diminuindo a qualidade e a vida útil do material, ampliando o aterramento e extração de recursos. O orgânico, por sua vez, é contaminado com microplástico e o seu composto fica impróprio para a utilização circular. As consequências do modelo são diversas, como

ampliação da vulnerabilidade alimentar e extrema vulnerabilização da educação ambiental.

O material oriundo da coleta indiferenciada é encaminhado para a Unidade de Tratamento e Valorização de Resíduos, onde a concessionária poderá triar orgânico e reciclável para venda. Atualmente, o valor da comercialização do reciclável é a totalidade da renda dos catadores. Portanto, se essa coleta está em evidência e não há educação ambiental, há outro ponto crítico na PPP. O resíduo orgânico é uma incógnita na proposta, pois a compostagem começará entre 7 a 8 anos após a assinatura do contrato, apontando um grande atraso à cidade. A meta de 55% de desvio do aterro (para reciclagem ou compostagem) é baixíssima, especialmente se compararmos com outras capitais do Brasil. Em 2030, ou seja, daqui a 5 anos, essas cidades estarão alcançando 60% de desvio de aterro, enquanto Porto Alegre, em 2060, com uma PPP, estará com uma meta de apenas 55%, sem o que indique o que levará ao já baixo desvio, abrindo a possibilidade de considerarmos que haverá a incineração de resíduos.

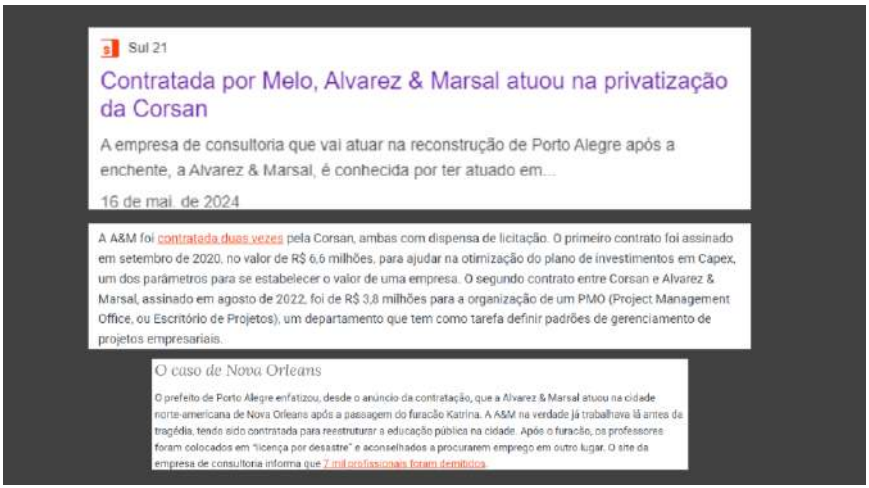
A ausência de monitoramento e governança também é uma questão crítica. Mesmo com a Lei de Acesso à Informação, muitos dados de interesse público não são divulgados de forma transparente. Sabe-se que as agências de regulação estão sobrecarregadas e são ineficazes para garantir o pleno funcionamento do serviço de interesse público, ironicamente, nesse projeto há a proposta de a fiscalização ocorrer por empresa indicada pela concessionária, que também pagará pelo projeto. Esse sistema de fiscalização é totalmente enviesado, pois é a própria concessionária que indica a empresa que fará a fiscalização. Acentuando a problemática, é a própria concessionária quem paga pela sua própria fiscalização. Consequentemente, há um nítido conflito de interesse que compromete a independência do serviço e cumprimento das metas estabelecidas em contrato.

Voltando ao título "Do Lobby à Lei: Desafios para a incidência popular nas políticas públicas ambientais". Se o projeto é tão problemático, por que segue?

Como anteriormente ressaltado, situações como essas não são restritas à Porto Alegre ou à gestão de resíduos, todo o nosso sistema ambiental e social está sob a mesma vulnerabilidade. Isso, sabidamente, reflete o interesse da administração pública do modelo de estado neoliberal, que prioriza soluções rápidas e que solucionem, pelo menos visualmente, o problema público. A população, especialmente as camadas mais vulneráveis, como os catadores de recicláveis, são colocados à margem dessas discussões e decisões que impactam diretamente suas vidas e condições de trabalho.

Em suma, o que se observa é uma reprodução de um modelo de gestão que privilegia os interesses privados em detrimento do bem-estar público e de sua sustentabilidade de vida. O *lobby* é dominado pelas empresas que cooperam com o sistema administrativo que mantêm o *status quo*, já a população insatisfeita com as precariedades vivenciadas é vulgarizada ao buscar incidência na agenda pública. Ainda, para responder às provocações, será recuperada a apresentação interna da Prefeitura, material que não foi divulgado publicamente e contém uma parte do estudo técnico.

Nessa apresentação, podemos ver o consórcio escolhido para apoiar e elaborar os estudos técnicos. Esse Grupo de Consultores em Resíduos é o consórcio formado pelas empresas: Infraway Engenharia, Álvares & Marsal, Toledo Maquete Oliveira, Avatar e Medina Advogados.



Fonte: SUL21. Contratada por Melo, Alvarez & Marsal atuou na privatização da Corsan. *Sul21*, 2 maio 2024. Disponível em: https://sul21.com.br/noticias/politica/2024/05/contratada-por-melo-alvarez-marsal-atuou-na-privatizacao-da-corsan/. Acesso em: 20 abril 2025.

Analisando os nomes, A Álvares & Marsal ficou especialmente conhecida por sua atuação no caso do furacão Katrina, em Nova Orleans, onde foi contratada para reestruturar a educação pública da cidade. Após o furacão, os professores foram colocados em licença por desastre e, posteriormente, "aconselhados a procurar emprego em outro lugar", demitidos. O site da consultoria afirma que 7.000 profissionais foram demitidos em um plano de reestruturação educacional pós-Katrina. No Rio Grande do Sul, uma das atuações da empresa é na privatização da Corsan e o cenário se repetiu: 2.200 trabalhadores (cerca de 40%) da Corsan saíram ou foram demitidos da empresa, houve uma sistemática diminuição de salários, de técnicos, de "know how". A mesma

Álvares & Marsal foi convocada a trabalhar na "reconstrução" de Porto Alegre após a enchente.

A Álvares & Marsal não está sozinha nas atuações, uma das empresas que manifestou interesse privado (MIP) em realizar estudo técnico para a PPP, a Terra Firma, foi comprada pela A&M. Quanto à Infraway e ao escritório Toledo e Marchetti, juntos envolveram-se com a privatização de mais de 13 aeroportos, de saneamento básico, de telecomunicações e de energia elétrica em diversos estados. Ou seja, essas empresas atuam no mercado de privatizações de maneira ampla e irrestrita, sem critérios de área de expertise para a sua atuação. A sua expertise é a etapa de privatização, que é marcada por valores extremamente vantajosos às empresas. Sem conhecimento das áreas públicas assumidas, a única maneira de operacionalizar a prestação de serviço é com mais uma etapa de privatização, a terceirização. Mas, para manutenção da vantagem do negócio é acompanhado da precarização.

Figura 1 - Consórcios contestam disputa pela PMI para a concessão de 13 aeroportos. *Agência iNFRA*, 2 maio 2024

Fonte: AGÊNCIA INFRA. Disponível em: https://agenciainfra.com/blog/consorcios-contestam-disputa-pela-pmi-para-a-concessao-de-13-aeroportos/. Acesso em: 20 abril 2025.

Figura 2 - SÃO PAULO (Município). Projeto Cidade Inteligente. *Portal da Desestatização – Prefeitura de São Paulo*, [s.d.]. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/desestatizacao_projetos/w/cidade_inteligente/303532. Acesso em: 5 maio 2025.

Fonte: PORTAL P1**.** Aegea vence leilão da concessão dos serviços de saneamento básico do município de Jaru. *Portal P1*, 19 abr. 2024. Disponível em: https://portalp1.com.br/aegea-vence-leilao-da-concessao-dos-servicos-de-saneamento-basico-do-municipio-de-jaru/. Acesso em: 5 maio 2025.

Sobre a privatização da gestão dos resíduos em Porto Alegre: Quem são as grandes interessadas nesse processo e como ele se organiza? Uma delas, a Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos (CRVR), a empresa que faz aterramento dos resíduos sólidos em Minas do Leão. Ela patrocina o Grupo RBS, que, por sua vez controla a mídia em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul e exerce uma influência significativa sobre as decisões políticas e econômicas da região. A CRVR, inclusive, publica artigos de opinião sobre a concessão no veículo de imprensa e trabalha fortemente a sua imagem. Segundo o artigo "Os 'donos' de Porto Alegre", de Marcelo Kunrath, a RBS, da família Sirotsky, é conhecidamente um grupo que trabalha para a legitimação das agendas empresariais, ao mediar o debate público de maneira parcial em favor de reformas urbanas liberais, da criminalização de movimentos sociais e da promoção de empresários como

protagonistas da reconstrução do estado. A família Sirotsky está relacionada com outras grupos influentes, como Gerdau e Ling, formando uma teia de conexões entre comunicação, poder político e capital econômico.

Figura 3 - GZH. Conversas Cruzadas: como explorar Porto Alegre além do óbvio. *YouTube*, 26 abr. 2024

Fonte: Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yVJd3OZ0nRA. Acesso em: 25 abril 2025.

Na imagem da direita, está o representante do Instituto Ling em um dos programas do Grupo RPS. O Instituto mantém vínculos com organizações como o Instituto Millenium e o Instituto de Formação de Líderes (IFL), sendo parte de uma rede mais ampla de difusão do pensamento liberal no Brasil. Essa rede é importante para a sustentação ideológica e política de certas práticas de gestão urbana e políticas públicas voltadas à privatização e desregulamentação. Assim como a Alvarez & Marsal, do estudo técnico sobre a PPP, tem intervenções lucrativas em meio a crises, o Ling não é diferente. Atuou no Reconstrói RS, após as mega enchentes de 2025. Seu setor de atuação é metalurgia e investimentos, mas possui intensa atuação em políticas de educação e cultura.

O problema do lobby não está na sua existência, mas em quem tem poder para exercê-lo e com que propósitos. Em Porto Alegre, como mostra Kunrath, os agentes empresariais (dentre todos empresários, somente a elite), organizados em uma pluralidade de formatos, ocupam de forma sistemática o espaço de definição das políticas públicas. Essa ocupação não se dá por acaso, mas por capacidade econômica, acesso institucional privilegiado e domínio da narrativa pública. Enquanto isso, movimentos populares, como os de catadoras e catadores, enfrentam múltiplas barreiras para a mobilização, como as simbólicas, as financeiras e até mesmo as morais, pois é um movimento contra hegemônico. O Antropoceno não é universal, o poder de alterar ou potencializar a crise climática, ambiental, social e política está, majoritariamente, sob controle da elite econômica. Diante da rota de colapso, os desafios sociais e ambientais se acentuam para a manutenção do acúmulo de desigualdades e, como resposta imediata, há uma intensificação do discurso de ódio. O que pode responder essa vinculação direta? Nesse cenário, o ódio não é isoladamente um desvio moral, mas uma ferramenta de dominação. O nazismo, por exemplo, deixou evidente que ódio é instrumental, serve ao capital, à espoliação do trabalho ou da propriedade daqueles "odiados". Hoje, o mesmo padrão se repete. O alvo são as pessoas negras, indígenas, periféricas e trans. E a lógica é: desumanizar para explorar. Nesse sentido de desumanização e vulgarização, invisibiliza-se direitos uma vez constituídos, captura-se a suposta arena democrática, pois, as capacidades estatais não têm condições ou interesse de defender a totalidade e maioria de seu público. A participação social é reduzida a consultas simbólicas, processos técnicos inacessíveis e, invariavelmente, não vinculantes ao processo administrativo. Os recursos naturais estão escasseando e os lucros seguem sendo calculados em progressão infinita. A equação que responde a essa inconsistência tem como resposta a precarização do trabalho e da vida das "minorias". Portanto, a dificuldade da incidência social na agenda ambiental é essencialmente a mesma dificuldade da incidência trabalhadora

nas agendas econômicas do estado. A crise ambiental e climática escancara a crise do capitalismo e do Estado burguês. Popularizar a luta ambiental e ambientalizar a luta popular é a única esperança. Não há vida em um sistema de organização social e político baseado na "exploração" do "recurso" natural ou humano.

Referências

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. 2025. **Nota Técnica**: Apontamentos sobre proposta de estabelecimento de parceria público privada - DMLU. Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/1kIfHCP5-niK9pKp0UilMFhhc5J1ydlUW.

FRENTE PELA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARTICIPATIVA. 2025. **Nota Técnica**: Análise da proposta de PPP dos Resíduos Urbanos de Porto Alegre. Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/1kIfHCP5-niK9pKp0UilMFhhc5J1ydlUW.

FRENTE PELA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARTICIPATIVA. 2025. **Nota Técnica**: Proposição de alternativas à elementos críticos da Proposta de Parceria Público Privada.

FRENTE PELA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARTICIPATIVA. 2025. **Nota Técnica**: Análise da proposta de PPP dos Resíduos Urbanos de Porto Alegre. Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/1kIfHCP5-niK9pKp0UilMFhhc5J1ydlUW.

FRENTE PELA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARTICIPATIVA. [Recurso eletrônico]. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1LlO0dt84x4gbPF-vUfNWKgtNSvq4f7Cp?usp=drive_link. Acesso em: 20 abr. 2025.

KUNRATH, S. M. **Os "donos" de Porto Alegre**. Junho de 2024. Disponível em: https://zenodo.org/records/12728233.

KUNRATH, S. M.; RASSIER, de A. L. **Nota Técnica**: Relatório Final do Plano de Ação Climática. 2024. Disponível em: https://zenodo.org/records/14793987.

PPP - **Resíduos Sólidos Urbanos do município de Porto Alegre**. Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/1kIfHCP5-niK9pKp0UilMFhhc5J1ydlUW.

Abrigo Renascer: relato de experiências no combate a transfobia ambiental nas fortes chuvas de Porto Alegre em 2024

Daniel Morethson
Glória Crystal
Nycollas Nitibailoff
William Morethson

Introdução

Diante dos eventos climáticos extremos registrados entre abril e maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi oficialmente colocado em estado de calamidade pública, conforme o Decreto Estadual nº 57.596/2024 (Rio Grande do Sul, 2024a). A continuidade das chuvas e os impactos causados levou o governo estadual a ampliar o reconhecimento da calamidade até o mês de maio de 2024, conforme o Decreto nº 57.600/2024 (Rio Grande do Sul, 2024b). Enquanto que a Prefeitura de Porto Alegre reconheceu os impactos das intempéries através do Decreto nº 22.647/2024, que declarava que "o Município de Porto Alegre encontra-se em estado de calamidade pública em virtude dos eventos climáticos extremos" (Porto Alegre, 2024).

A partir das necessidades em combater os impactos ocasionados surgiram diversas iniciativas de acolhimento à população afetada que precisou sair dos seus domicílios devido aos alagamentos. Em especial, destacamos a criação do Abrigo Renascer, voltado ao acolhimento digno de pessoas transexuais que ficaram desabrigadas. A mobilização para criação do Abrigo Renascer iniciou após diversas experiências e relatos no acolhimento das pessoas transexuais nos abrigos que estavam emergindo.

Os relatos das pessoas transexuais evidenciaram situações de constrangimento e violência nos espaços de acolhimento. Um dos autores, por exemplo, presenciou um episódio ocorrido em um

Centro de Tradições Gaúchas (CTG), onde pessoas trans eram questionadas sobre qual banheiro utilizariam, gerando desconforto e exposição (Fonseca, 2024). Além de outros relatos de formas de violência verbal e discriminação, o que evidenciou a urgência de um espaço que acolhesse a população trans com respeito à diversidade sexual e de gênero. Nesse contexto, surgiu o Abrigo Renascer, com objetivo de garantir um acolhimento seguro, digno e livre de transfobia durante a calamidade pública.

Durante seu período de funcionamento, o abrigo recebeu pessoas que eram encaminhadas por equipes de resgate mobilizadas no período. Assim como houve situações em que a equipe do abrigo precisou deslocar-se para garantir a ajuda necessária às pessoas trans que estavam vivenciando transfobias em outros espaços e estavam tendo dificuldades de deslocamento devido aos desafios de transporte naquele período.

Entre o alagamento e o preconceito: a transfobia climática emergindo nas enchentes

Para tratar dos efeitos das intempéries em 2024, no estado do Rio Grande do Sul, é fundamental, antes, compreender o conceito de Transfobia Ambiental. Enquanto um efeito social interseccional, esse fenômeno revela como a cisnormatividade[1], combinada a desigualdades históricas de gênero, classe e território, aprofunda a vulnerabilidade da população transexual em momentos de desastres e calamidades. No contexto das enchentes, a transfobia

[1] A cisheteronomartividade pode ser entendida como um padrão social que exige coerência entre o sexo atribuído ao nascer, a identidade de gênero e a orientação sexual (heterossexual). Através da análise de Bento (2017) sobre suas vivências e estudos na temática de gênero, a autora demonstra que a legitimidade dos corpos e subjetividades é regida por um sistema normativo que fabrica identidades generificadas por meio de práticas sociais, culturais e institucionais. Sendo assim, cisheteronormatividade/cisnormatividade é o padrão social que causa o efeito da negação das identidades de gênero transexuais e as sexuailidades que não são a heterossexual.

ambiental evidenciou as peculiaridades das pessoas acolhidas no Abrigo Renascer, tornando visível a urgência de estratégias na promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero também em períodos de emergência e reconstrução.

O conceito de Transfobia Ambiental surge como adaptação do conceito de Racismo Ambiental, parecido com o que ocorreu com o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, que equiparou a Lei nº 7.716/1989 (Brasil, 2019), que "Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor" para enquadrar os crimes de homotransfobia (Brasil, 1989).

Dito isso, o conceito de Racismo Ambiental tem sido objeto de estudos científicos há décadas, em específico desde a década de 1980, e busca explicar como os desastres ambientais e as mudanças climáticas afetam, de forma mais severa, grupos política e economicamente discriminados. Esses grupos, por estarem em condições de maior vulnerabilidade estrutural são forçados a viver em áreas de risco e com menor acesso a recursos de proteção (Pimentel, 2024). E quanto à Transfobia Ambiental, ao citar a fala de Bruna Benevides (presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, ANTRA) durante o G20 Social, Mariana Tokarnia traz que:

> A discussão evidenciou um termo que tem se tornado cada vez mais conhecido e evidente: transfobia ambiental. Segundo os debatedores, entre a população LGBTI+, a população trans é a que mais sofre com falta de acesso a direitos e serviços públicos, sobretudo em meio a tragédias. [...] Benevides destaca que a transfobia ambiental é 'esse fator que acabava agravando saúde física e mental exatamente porque não conseguiam acessar, mesmo em um cenário de tragédia, serviços básicos e direitos' (Tokarnia, 2024, online).

Sendo assim, a Transfobia Ambiental possui características e fatores que convergem com diversos causadores das desigualdades originadas através do Racismo Ambiental. Podendo ter semelhanças também nas formas de combate às desigualdades originadas por motivos de raça, cor, gênero, sexualidade e classe.

Contudo, o Racismo Ambiental e a Transfobia Ambiental merecem os seus destaques individuais na perspectiva de que um não inviabilize a devida atenção e importância do outro.

Abrigo Renascer: a busca por espaço seguro para o combate dos impactos de um desastre

Em 7 de maio de 2024, os autores foram mobilizados pela Associação Brasileiras de Famílias Homotransfetivas (ABRFH), para a abertura e construção de um abrigo para pessoas transexuais. Dentro das possibilidades de local que pudesse originar um abrigo no período, foi encontrado no bairro Cascata, um local que iria virar o Abrigo Renascer. Naquele momento, tanto em Porto Alegre quanto em outras cidades do Rio Grande do Sul havia abrigos municipais quando aqueles foram iniciados por mobilizações populares que buscavam socorrer as pessoas afetadas pelos alagamentos.

Dito isso, algumas das primeiras pessoas acolhidas pelo abrigo estavam vindo de outros espaços onde havia ocorrido desrespeito e situações vexatórias como citado acima. Enquanto que outras haviam recém sido resgatadas dos bairros alagados. O bairro que mais se destacou entre as pessoas acolhidas no Renascer foi o Floresta, em específico as proximidades da Avenida Farrapos, pois é uma região conhecida tradicionalmente de busca de moradia e atuação de profissionais do sexo que aguardam clientes nas calçadas.

Portanto, esse fator evidencia a marginalização de travestis e mulheres transexuais que permanecem na prostituição como forma de sustento, considerando os empecilhos que o mercado de trabalho formal apresenta no seu acesso.

> Desde muito cedo, a sociedade naturalizou os processos de exclusão contra pessoas trans e nos ensina a ter medo das travestis, e que não devemos transitar pelas ruas onde trabalham ou evitar ambientes em que elas estejam. [...] É comum observarmos uma tentativa constante da associação entre travestis e atividades ilícitas para justificar a violência e/ou os assassinatos dos quais são vítimas, o que põe o Brasil no topo do ranking da violência

> contra pessoas trans no mundo, reforçando velhos estigmas sobre o mito da travesti violenta que aprendemos a temer desde muito cedo (Benevides; Nogueira, 2021, p. 46).

Por isso, a importância de evidenciarmos o conceito de Transfobia Ambiental supracitado, pois as travestis e transexuais que buscaram no Renascer o seu lugar de resgate, não foram para lá apenas pelas desigualdades ocorridas em outros espaços de acolhimento do período, mas com o recorte de que o bairro em que costumam residir e trabalhar, devido a uma cultura local, precisou ser evacuado devido ao alagamento. Isso ocasionou em relatos de transfobia, incluindo os momentos de resgate das regiões alagadas, onde equipes de resgate deixavam-nas por último para serem resgatadas. Logo em seguida, deparavam-se com o preconceito nos abrigos que alegavam não ter vagas disponíveis para recebê-las, após terem acolhido pessoas cisgêneras que estavam nos mesmos grupos de resgatados(as) que as travestis e transexuais.

Contudo, através das redes de apoio que foram criando-se por meio das redes sociais, a exemplo da #AjudaTransRS (FONSECA, 2024), começaram a contactar os voluntários da ABRAFH, que estavam mobilizados em torno do Abrigo Renascer. Dentro da sua capacidade, o Abrigo Renascer acolhia em média 25 pessoas, conforme as chegadas e saídas. Considerando que algumas pessoas acolhidas chegavam e dias após a chegada, mesmo sem ter recebido os benefícios socioassistenciais fornecidos no período, iam para casa de amigos(as) e com menos tendência para casa de familiares. Tendo em vista que ainda são frequentes as atitudes de famílias que excluem e rompem os laços com as pessoas trans, quando as mesmas expõem a sua identidade de gênero.

Do acolhimento aos desafios da convivência: como garantir um ambiente despatologizante e o respeito à diversidade

O Abrigo Renascer acolheu pessoas LGBT+ e pessoas que não fazem parte desta comunidade. Em relação às idades foram

acolhidas crianças acompanhadas dos pais, adultos em geral e pessoas idosas. As pessoas acolhidas em maioria eram de bairros de Porto Alegre e outras de municípios da região metropolitana que não conseguiram acolhimento em seus locais de origem.

Para dividir os locais de alojamento, o abrigo contava com três espaços improvisados que foram divididos em alas: ala das famílias com criança, ala das travestis e ala das pessoas idosas. Essas divisões ocorreram em atendimento às necessidades de cada grupo. A ala das pessoas idosas era um ambiente para ser mais calmo e silencioso, considerando o horário de sono e o costume de acordar cedo, pois nessa ala o horário de desligar as luzes era às 21 horas e o de acendê-las, às 07 horas. Na ala das famílias, devido às crianças, gerava bastante barulho e o horário das luzes desligadas era a partir das 23 horas. Da mesma forma, a ala das travestis que costumavam levantar após às 10 horas e dormir após às 23 horas. Além disso, a ala específica para travestis buscava garantir um espaço onde pudessem conversar, colocar músicas e ter uma vivência mais próxima à que costumavam ter nas suas casas.

Na ala das pessoas idosas prezamos para que não houvesse barulho alto, pois algumas pessoas chegaram no abrigo adoecidas. A exemplo de uma pessoa acolhida que estava em Porto Alegre para realização de uma cirurgia eletiva em hospital da capital, pois não era possível realizar no município de origem. A internação havia iniciado antes do período de enchente, com início das chuvas, os hospitais optaram por reagendar cirurgias eletivas para ampliar o atendimento das pessoas, que de alguma forma adoeceram devido o contato com a água dos alagamentos. Sendo assim, a pessoa em questão recebeu alta e não pode voltar para casa, pois as estradas haviam sido afetadas, assim como a rodoviária de Porto Alegre ficou interditada e precisou diminuir o número de viagens. Com isso, essa pessoa precisou buscar abrigo e foi acolhida no Renascer. Mas, após alguns dias no abrigo, precisou retornar para o hospital, pois a cirurgia que antes era eletiva deixou de ser com uma piora na saúde, precisando passar por internação na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI).

Durante a internação, como não era possível a família deslocar-se a Porto Alegre para acompanhar no hospital, um dos autores deste capítulo e uma voluntária revezavam-se indo ao hospital e comunicando-se com a família para garantir os avanços no atendimento. Dessa forma, quando foi possível o acesso a capital, a família deslocou-se e pode assumir o acompanhamento diretamente no hospital. Nesse caso estávamos acompanhando uma pessoa cisgênera e heterossexual, porém, ocorreu situação de saúde mental com pessoa transexual com transtorno mental grave e persistente que precisou de atendimento com urgência em unidade de tratamento. No ocorrido, a equipe de voluntários do Renascer precisou se mobilizar para acompanhar o atendimento, considerando as emergências do período e a dificuldade de mobilizar uma ambulância no momento. Por isso, três voluntários acompanharam a pessoa até o atendimento, às 23 horas, pois as questões de saúde mental haviam sido agravadas no turno da noite, e o retorno ao abrigo ocorreu após atendimento psiquiátrico com aplicação de medicação psicotrópica. Contudo, após alguns dias, os voluntários precisaram mobilizar a unidade de saúde para internação. Essa situação exigia dos voluntários manejo com saúde mental, dependência química e o respeito à identidade de gênero. Considerando que a equipe do abrigo Renascer não contava com profissionais da saúde nesse horário, eram pessoas do território do Renascer que estavam mobilizadas para atender as pessoas acolhidas.

Quanto à dependência química, que não eram casos isolados dentre as pessoas acolhidas, as pessoas voluntárias do abrigo precisam organizar estratégias de redução de danos, pois não era permitido o uso de substâncias dentro do abrigo. Entretanto, como não havia profissionais de saúde mental cotidianamente envolvidos, a sobriedade e abstinência poderiam causar maiores desafios do que a redução de danos que foi pensada com o médico que estava mobilizado. Pois os atendimentos em saúde no local eram realizados semanalmente pela Unidade Básica de Saúde (UBS) do território e um médico do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

Nos primeiros dias do abrigo, como era constante a chegada de novas pessoas abrigadas, o médico visitava diariamente o local para prescrição de receitas, conforme as necessidades: medicação de uso controlado, com função estabilizadora e ansiolítica, com função para tratamento cardíaco, retrovirais, renovação de hormonoterapia (ou terapia hormonal de afirmação de gênero – THAG)[2], dentre outras especificidades em saúde enfrentadas no período. Com o passar das semanas e diminuição na frequência de novas chegadas, as visitas médicas ocorriam semanalmente dentro do abrigo ou as pessoas acolhidas deslocavam-se junto de voluntários até a UBS para encaminhamento para exames, quando necessário.

Considerando as especialidades diversas da medicina, os voluntários do Renascer utilizaram com o médico o TeleCondutas N° 33 – Atendimento às pessoas transexuais e travestis na Atenção Primária à Saúde (UFRGS, 2022), para garantir a continuidade de acesso aos hormônios para quem já havia iniciado a THAG antes do período da enchente. Além de que os voluntários do Renascer precisaram mobilizar-se para compra dos hormônios, tendo em vista que as pessoas acolhidas não estavam em condições de comprar e o acesso através do Ambulatório Trans Centro de Porto Alegre, que fornecia dispensa dos hormônios, não era possível pois a Unidade de Saúde Santa Marta havia sido fechada devido às intempéries.

Em relação ao acesso aos direitos da assistência social e saúde, as equipes responsáveis pelo serviços fornecidos pela Prefeitura de Porto Alegre entraram em contato com os voluntários do abrigo. Dessa forma, foi possível garantir o cadastramento para o recebimento dos auxílios emergenciais fornecidos no período, através da disponibilização de um cadastrador que esteve no abrigo. Além de equipes da Polícia Civil, em específico da Delegacia de Combate à Intolerância (DPCI), da Comissão de

[2] Segundo a Sociedade Brasileira de Reprodução Humana (SBRH, 2024), os principais objetivos da THAG são induzir características sexuais compatíveis com a identidade de gênero, reduzir os níveis de hormônios sexuais endógenos, reduzindo as características sexuais secundárias do sexo biológico, e aumentar os níveis hormonais do gênero ao qual a pessoa se identifica.

Diversidade Sexual e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB, Rio Grande do Sul), Defensoria Pública Estadual, do Fundo Positivo, do Miss Trans Universo (MUT), dentre outros colaboradores que puderam garantir doações de alimentos, roupas, itens de higiene e brinquedos para as crianças e o acesso à renovação de documentos (carteira de identidade e certidão de nascimento).

Da saída do abrigo à retomada da rotina

Durante o funcionamento do abrigo renascer as necessidades foram supridas através de doações da comunidade local, doações mobilizadas nacionalmente pelas equipes da ABRAFH em diversos estados, a Prefeitura de Porto Alegre, a Defesa Civil do estado e os agentes supracitados. Nas primeiras semanas, o Renascer recebeu muitas contribuições da sociedade civil, mas com a permanência das necessidades e a capacidade de doação ficando limitada, às refeições, água potável, os itens de higiene, colchões e roupas puderam ser garantidos com o apoio da Defesa Civil e da Prefeitura durante todo o funcionamento.

Mas, para além dos desafios de captar insumos, diversos desafios do convívio diário precisaram ser manejados pelos voluntários, a exemplo de uma pessoa trans que passou um período de destransição, voltando a identificar-se enquanto trans estando acolhida. Nessa situação, foi necessário manejo com a equipe e as pessoas acolhidas no respeito ao nome, pronome e a identidade de gênero.

Outro desafio era o respeito as saídas das profissionais do sexo quando recebiam propostas de trabalho, no período da noite. Nesse caso, a equipe acordou horário de abertura dos portões e fechamento, no manejo que quem quisesse sair para realizar tais serviços poderia retornar até às 22 horas ou somente após às 08 horas do dia seguinte, com a abertura do portão, e sem que ocorresse o desligamento do acolhimento.

Com o decorrer do tempo, no mês de agosto através da extinta Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), a Prefeitura de Porto Alegre realizou o encaminhamento de todas as pessoas que permaneciam no Renascer para o Centro Humanístico de Acolhimento (CHA) que foi aberto no bairro Rubem Berta. O local possuía uma ala que havia sido organizada para acolher pessoas LGBT+ em geral e tendo outras alas separadas para: mulheres, homens e núcleos familiares. O espaço possuía equipes da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), da Organização Internacional para as Migrações(OIM) e da prefeitura. Na troca de relatos dos voluntários com esses agentes foi possível identificar ações que poderiam ter sido realizadas no Renascer, mas que os(as) voluntários(as) devido às limitações e urgências do momento não realizaram. A exemplo de assembleias com os acolhidos para a promoção de um espaço democrático, mas que o Renascer conseguiu garantir através de ações como os cuidados da higiene do banheiro, após o uso era de inteira responsabilidade de quem utilizou por último, louças e talheres utilizadas era de responsabilidade individual, a limpeza, enfim, todas as atividades que envolviam higiene e manutenção do espaço contavam com a participação das pessoas acolhidas.

Por fim, o seminário realizado na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), em 28 de março de 2025, pela universidade junto do AMBITRANS, mobilizou novamente os autores em relação ao Abrigo Renascer - ABRAFH RS. Com isso, os autores entraram em contato com trabalhadores(as) do CHA e foram informados do seu encerramento em maio deste ano, tendo encaminhado às pessoas acolhidas para novos espaços de moradia temporária e permanente, pois o enfrentamento aos efeitos da enchente continua demandando ações de combate.

Referências

BENTO, B. **A Reinvenção do Corpo** - Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual. 3. ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.

BENEVIDES, B.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras em 2020**. Brasília: ANTRA, 2021. Disponível em: https://antrabrasil.org/2021/01/29/dossie-dos-assassinatos-e-da-violencia-contra-pessoas-trans-brasileiras-em-2020/. Acesso em: 7 mai. 2025.

BRASIL**. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 7 mai. 2025.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. Brasília, 13 jun. 2019. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010&ori=1. Acesso em: 7 mai. 2025.

FONSECA, L. Iniciativas auxiliam comunidade LGBTQIA+ gaúcha a recomeçar após inundações. **Beta Redação**, 27 jun. 2024. Disponível em: https://www.betaredacao.com.br/iniciativas-auxiliam-comunidade-lgbtqia-gaucha-a-recomecar-apos-enchentes. Acesso em: 7 mai. 2025.

PIMENTEL, C. Entenda a relação de racismo ambiental e enchentes no Rio de Janeiro: comunidades pobres sofrem mais e isso não é uma coincidência. **Agência Brasil**, Brasília, 16 jan. 2024. Disponível em:https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-01/entenda-relacao-de-racismo-ambiental-e-enchentes-no-rio-de-janeiro. Acesso em: 7 mai. 2025.

PORTO ALEGRE (Município). **Decreto nº 22.647, de 2 de maio de 2024**. Declara estado de calamidade pública no município de Porto Alegre em razão das chuvas intensas (COBRADE 1.3.2.1.4) ocorridas no período de 24 de abril a 1º de maio de 2024. Diário Oficial de Porto Alegre, Porto Alegre, 2 maio 2024. Disponível em: https://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5174_ce_475754_1.pdf. Acesso em: 7 mai. 2025.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Decreto nº 57.596, de 1º de maio de 2024.** Declara estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas (COBRADE 1.3.2.1.4) ocorridos no período de 24 de abril a 1º de maio de 2024. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1 maio 2024. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/rs/decreto-n-57596-2024-rio-grande-do-sul-declara-estado-de-calamidade-publica-no-territorio-do-estado-do-rio-grande-do-sul-afetado-pelos-eventos-climaticos-de-chuvas-intensas-cobrade-1-3-2-1-4-ocorridos-no-periodo-de-24-de-abril-a-1-o-de-maio-de-2024. Acesso em: 7 mai. 2025.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Decreto nº 57.600, de 4 de maio de 2024**. Reitera o estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas (COBRADE 1.3.2.1.4), que ocorrem no período de 24 de abril ao mês de maio de 2024, e especifica os municípios atingidos. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 4 maio 2024. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/rs/decreto-n-57600-2024-rio-grande-do-sul-reitera-o-estado-de-calamidade-publica-no-territorio-do-estado-do-rio-grande-do-sul-afetado-pelos-eventos-climaticos-de-chuvas-intensas-cobrade-1-3-2-1-4-que-ocorrem-no-periodo-de-24-de-abril-ao-mes-de-maio-de-2024-e-especifica-os-municipios-atingidos. Acesso em: 7 mai. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE REPRODUÇÃO HUMANA (SBRH). **Cuidados à saúde dos transgêneros**. 2024. Disponível em:

https://sbrh.org.br/comite/familiasplurais/cuidados-a-saude-dos-transgeneros/. Acesso em: 8 mai. 2025.

TOKARNIA, M. População trans está entre as mais atingidas por desastres ambientais: afirmação é de organizações LGBTI+ presentes ao G20 Social. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 16 nov. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-11/populacao-trans-esta-entre-mais-atingidas-por-desastres-ambientais-0. Acesso em: 7 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Faculdade de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia. **TelessaúdeRS** (TelessaúdeRS-UFRGS). **Telecondutas**: atendimento às pessoas transexuais e travestis na Atenção Primária à Saúde. Porto Alegre: 01 set. 2022. Disponível em: https://www.ufrgs.br/telessauders/wp-content/uploads/2022/08/tc_atendimento_pessoa_trans.pdf/. Acesso em: 8 mai. 2025.

PARTE II

RELATOS DE RESISTÊNCIA E ESTRATÉGIAS COLETIVAS DE SOBREVIVÊNCIA

Velhices Travesti:
entre dores, delícias e luta coletiva

Julia Roberta Malacoski
Lívia Pacheco da Cruz

Introdução

Este capítulo apresenta um potente relato de vida e militância de uma mulher trans na terceira idade, em especial de Julia Roberta Malacoski, ou Xuxa, como é conhecida. Narra sua trajetória pessoal e coletiva na construção de redes de apoio e alternativas de geração de renda em meio à ausência do Estado e à marginalização estrutural.

"Eu sou uma das mais velhas", destaca Xuxa ao relatar a experiência de vida de uma mulher trans de 61 anos. Os relatos de Xuxa revelam camadas de vulnerabilidade enfrentadas por pessoas trans idosas no Brasil, denunciam a falta de políticas públicas direcionadas às mulheres trans idosas e evidenciam o papel da solidariedade comunitária diante das vulnerabilidades sociais e econômicas.

Este texto foi produzido a partir da fala apresentada no Seminário Nacional sobre Justiça Climática, População Trans e Travesti: Direitos e Resistências em Tempos de Desastres Socioambientais, e da narrativa construída a partir de conversas e reflexões compartilhadas entre Julia Roberta Malacoski e Lívia Pacheco da Cruz[1].

[1] Nota: Lívia redigiu o texto com base nas memórias e palavras de Julia Roberta, que acompanhou todo o processo, revisou e autorizou a versão final do texto.

Empreendedorismo coletivo como resposta à exclusão

Aos 14 anos, Xuxa já enfrentava a exclusão ao abandonar a escola. Hoje, aos 61, rememora uma trajetória de marginalização, mas também de reinvenção. Atuando como empreendedora, busca garantir a subsistência de um coletivo de mulheres trans e travestis através da venda de alimentos.

Embora sem sede oficial, a Associação das Travestis e Transsexuais de São Leopoldo (ATTSL) mantém ações com apoio precário e espaços emprestados, como o do Clube dos Motoqueiros de São Leopoldo. A realidade de escassez não impede a luta por dignidade: “mesmo sem transporte ou diárias, continuamos atendendo semanalmente a população trans mais vulnerável”, relata Xuxa.

As meninas, como Xuxa costuma se referir ao grupo de voluntárias da ATTSL, incluindo Joyce Maria, com 62 anos, e Lia Kendall com 65 anos, e ela mesma, hoje só conseguem realizar atendimentos uma vez por semana. Isso acontece porque nenhuma delas reside mais em São Leopoldo, e não há recursos suficientes para custear as despesas com deslocamentos e diárias.

Mesmo assim, elas fazem questão de manter o vínculo com os três municípios em que atuam: São Leopoldo, Esteio e Canoas. Recentemente, após uma reunião interna do grupo, que também passou a incluir os homens trans na organização, decidiram iniciar seu primeiro projeto coletivo dentro da associação: a venda de doces e salgados nas estações do metrô.

Xuxa comenta com humor, que embora não seja uma confeiteira de mão cheia, é uma "meia confeiteira", e junto com as demais mulheres trans da terceira idade, veem nesse projeto uma possibilidade de geração de renda e fortalecimento do coletivo. A proposta de geração de renda com doces e salgados nas estações de metrô nasce da necessidade.

Com pouco ou nenhum acesso a políticas de empregabilidade, o trabalho sexual se apresenta como uma alternativa para muitas mulheres trans, mas Xuxa destaca que, “a prostituição tem data de

validade, quando tu tem 60 anos, tu ganha os teus míseros 20, 30 reais". Assim, Xuxa e suas companheiras enfrentam o desafio de sobreviver com pouca ou nenhuma renda. Além das despesas básicas, convivem com problemas de saúde típicos da idade e com a dificuldade de acesso a medicamentos e alimentos. A alternativa tem sido arregaçar as mangas e trabalhar coletivamente.

A dinâmica das cidades evidencia as desigualdades de acesso a recursos e políticas públicas. Como nos lembra Harvey (2014), o direito à cidade implica também o direito de se manter nela, de viver com dignidade e de participar ativamente das decisões que afetam a vida coletiva. Para Xuxa e suas companheiras, ocupar os espaços urbanos é uma forma de resistência frente ao processo contínuo de expulsão simbólica e concreta que vivem.

Assim, a autogestão tem sido um dos caminhos encontrados para fazer frente à ausência do Estado. Conforme aponta Silvia Federici (2017), o trabalho de cuidado torna-se uma ferramenta de resistência quando articulado coletivamente. As mulheres trans organizadas ao redor de Xuxa criam estratégias de subsistência, mas também de afirmação política: mostram que suas vidas importam e que resistem ativamente.

História e resistência trans: solidariedade como resposta política

A narrativa de Xuxa é também um testemunho histórico: mulher travesti que viveu sob a repressão da ditadura, enfrentou perseguições e prisões por "vadiagem", ainda que tivesse vínculo empregatício. Seu compromisso com a população trans e travesti a levou a apoiar irmãs e irmãos ao longo da vida, mesmo diante da invisibilidade e da criminalização constante.

Vale mencionar que a criminalização de identidades dissidentes faz parte de uma longa trajetória histórica. Segundo Bento (2006), a patologização e a marginalização das pessoas trans são mecanismos centrais de controle social. A resistência, portanto, é também uma forma de se afirmar como sujeito político, alguém que exige direitos e reconhecimento.

Hoje, ao lado das companheiras, defende o direito à velhice com dignidade e afirma: “somos história dentro do estado”. A fala de Xuxa se soma a outras lideranças que relatam o abandono do poder público em momentos de emergência, como as enchentes.

A ausência de mapeamento da população LGBT+ nos municípios e a falta de abrigos acessíveis e acolhedores dificultam o acesso aos direitos mais básicos. Muitas travestis e mulheres trans foram expulsas de abrigos ou impedidas de acessar alimentos por preconceito, reforçando estigmas de promiscuidade ou "perigo". A população LGBT+ continua sendo tratada como menos humana, mesmo em meio a catástrofes.

O conceito de justiça climática, conforme discutido por Acselrad, Mello e Bezerra (2011), nos ajuda a compreender que os efeitos dos desastres naturais não são distribuídos de forma igualitária. A ausência do Estado e das políticas públicas reforça desigualdades estruturais, impactando mais duramente corpos racializados, empobrecidos e dissidentes de gênero e sexualidade.

Frente ao abandono, a resposta foi coletiva. Iniciativas como o curso de alimentação promovido pela ONG Igualdade Porto Alegre demonstram como o apoio entre pares pode transformar vidas. Foi esse curso que resultou em emprego para a Xuxa, evidenciando como a solidariedade se afirma, como prática de resistência e cuidado (Oliveira *et al*., 2022).

Essas experiências mostram que, mesmo diante da vulnerabilidade extrema, é possível acender uma luz no fim do túnel, quando há espaços de acolhimento e oportunidades concretas, como se observa na fala da Xuxa:

> Eu também quero parabenizar muito a Igualdade Porto Alegre, porque foi a Igualdade Porto Alegre acendeu uma luzinha no fundo do túnel. Quando eu estava em um estado de vulnerabilidade social muito grande, extremamente vulnerável, a Igualdade Porto Alegre me convidou para me fazer um curso preparatório dentro do SENAC, onde eu já sabia fazer algumas coisas em alimentação, em doces salgados [...]. E, dentro daquele curso, eu saí empregada. Onde eu não tinha nenhuma renda, eu saí empregada. Isso eu tenho que agradecer muito a senhora presidente

> Marcelly Malta, a senhora Marina Reidel, que está aqui hoje, que estava junto no curso.

Atualmente, Xuxa também atua na limpeza do Vitraux Club, uma tradicional casa noturna LGBT+, localizada em Porto Alegre/RS. Ela destaca o acolhimento que recebe do público, em especial, das mulheres trans mais jovens, com quem estabelece vínculos de carinho, respeito e admiração. "As meninas trans que hoje têm seu trabalho e fazem muitos shows nos trazem muitos benefícios", afirma. "Elas ajudam comprando os nossos doces e salgados. Isso fortalece a renda das mulheres trans com mais de 60 anos".

Reconhecida e acolhida no ambiente de trabalho, Xuxa não apenas encontrou um espaço de pertencimento, mas também de valorização profissional. Seu relato traduz essa conquista em termos concretos: "É por esse meio que consegui minha casa própria". Dessa forma, em um contexto marcado por exclusões, o caso de Xuxa aponta para a importância da empregabilidade como um caminho para a autonomia, acesso à moradia e uma vida digna.

Sendo assim, inspiradas por práticas feministas comunitárias, essas ações se baseiam em redes afetivas e de sobrevivência. Como afirma bell hooks (2000), a sororidade e o cuidado não são apenas afetos, mas estratégias políticas que possibilitam a construção de mundos mais justos. Xuxa e suas companheiras não apenas sobrevivem: elas criam, reinventam e sustentam vidas no limite da dignidade.

Considerações finais

A trajetória de Xuxa e das mulheres trans idosas organizadas em rede é um exemplo potente de resistência, cuidado e construção coletiva diante da ausência do Estado. As catástrofes climáticas, como as enchentes de 2024, não apenas impactaram suas vidas, mas também agravam desigualdades históricas, expondo a urgência de políticas públicas com recorte de gênero, idade e identidade.

Enquanto tais políticas não se concretizam, são as próprias travestis, mulheres trans e homens trans que seguem criando formas de existir, resistir e cuidar. O cuidado mútuo, o trabalho coletivo e a defesa da vida são pilares dessas estratégias cotidianas de sobrevivência e dignidade. Como afirma Xuxa: "é muito gratificante estar no meio dessas mulheres trans e também mulheres trans da terceira idade, que cada uma tem sua história e cada uma tem as suas dores e suas delícias".

Mas, a mesma voz que celebra também denúncia: "quando chega na terceira idade, nós somos que nem um papel escrito, sem validade, jogado na lata do lixo". Apesar das violências, Xuxa faz questão de reconhecer e agradecer: "agradeço ao Fundo Positivo, que direciona novas possibilidades de vida... nos contempla com os projetos, e os projetos do Fundo Positivo são maravilhosos. Agradeço também à Igualdade Porto Alegre, ao Vitraux Club, em especial à apresentadora e gerente do clube, e a todas as mulheres trans que conheci, que me acolhem, porque eu sou quase uma das mais velhas... e ainda assim me acarinham".

Esse testemunho reafirma que não há justiça climática, política de cuidado ou envelhecimento digno possível sem escutar, respeitar e investir nas vidas das pessoas trans idosas. Elas não estão esperando por reconhecimento, elas, todos os dias, lutam juntas.

Referências

ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. São Paulo: Garamond, 2006.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Elefante, 2017.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

OLIVEIRA, A. S. B. *et al*. **Cuidado e solidariedade: prática social e institucional**. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2022.

"Eu Sou Uma Avó Maravilhosa": etarismo, transfobia e justiça climática nas velhices travestis

Pitty Barbosa Serrano
Lívia Pacheco da Cruz

Introdução

Este capítulo denuncia, em tom firme e reflexivo, a invisibilidade enfrentada por travestis e mulheres trans com mais de 50 anos, não apenas nos contextos de crise climática, como as enchentes no Rio Grande do Sul de maio de 2024. Por meio do relato e da provocação política de Pitty Barbosa Serrano, são discutidos temas como etarismo, ausência de políticas públicas, abandono institucional e o agravamento do preconceito interseccional que afeta travestis negras, soropositivas e empobrecidas.

A fala de Pitty é uma denúncia e um chamado, pois não se trata de um lamento, mas de uma provocação política. Sua experiência e reflexão surgem da ausência de respostas do poder público e da sociedade diante do sofrimento cotidiano das travestis idosas, negras e vivendo com HIV, especialmente, em momentos de crise ambiental como as enchentes.

Este texto foi produzido a partir da fala apresentada no Seminário Nacional sobre Justiça Climática, População Trans e Travesti: Direitos e Resistências em Tempos de Desastres Socioambientais, e da narrativa construída a partir de conversas e reflexões compartilhadas entre Pitty Barbosa Serrano e Lívia Pacheco da Cruz[1].

[1] Nota: Lívia redigiu o texto com base nas memórias e palavras de Pitty, que acompanhou todo o processo, revisou e autorizou a versão final do texto.

O etarismo, exclusão social e as velhices travestis

Ao afirmar "sou uma avó maravilhosa", Pitty confronta a norma social que celebra as avós cisgêneras, mas recusa esse papel às travestis. O etarismo, entrelaçado à transfobia, impede que velhices dissidentes sejam reconhecidas com afeto, legitimidade e pertencimento. Pitty destaca:

> É uma pauta que até hoje eu não vejo muitas pessoas falando: o etarismo dessa população. É tão bonitinho o vovô, a vovó... o vovô hétero, a vovó hétero. Mas agora, uma vó trans ou travesti, eles não aceitam isso nem como vó. Eu sou vó. Eu sou uma vó maravilhosa.

Em uma sociedade atravessada por desigualdades estruturais, as pessoas idosas frequentemente enfrentam preconceitos relacionados à idade, fenômeno denominado etarismo, idadismo ou ageísmo. Esses termos, ainda que distintos em sua formação linguística, compartilham o mesmo significado e se referem aos estereótipos, discriminações e violências simbólicas e materiais dirigidas a indivíduos com base em sua idade avançada.

Achenbaum (2015) explica que "idadismo" é um neologismo que une a palavra "idade" ao sufixo "-ismo"; "etarismo" parte do termo "etário" com a mesma terminação, enquanto "ageísmo" deriva diretamente do inglês ageism. Tais práticas podem se manifestar em diferentes esferas sociais, como na família, no mercado de trabalho, nos serviços públicos e nas políticas públicas, e promovem exclusões que vão além da simples negligência, pois consolidam a ideia de que o envelhecimento retira das pessoas seu valor e sua capacidade de participação social.

Esse fenômeno torna-se ainda mais perverso quando se entrelaça com marcadores como gênero, identidade de gênero e raça. No caso das travestis e mulheres trans idosas, o etarismo não apenas nega a existência dessas "vovós", como também as tornam invisíveis frente aos direitos, à memória e à dignidade. As travestis avós são apagadas pelas normas cisheteronormativas e pelos imaginários sociais que não concebem a longevidade desses corpos.

Segundo Areosa e Cruz (2024), o preconceito opera como forma de desumanização, tornando certos corpos descartáveis. As velhices trans e travesti, marcadas por múltiplas vulnerabilidades, são sistematicamente ignoradas tanto pelas políticas públicas quanto pelas narrativas dominantes sobre o envelhecimento. Não há campanhas, programas de inclusão ou políticas previdenciárias acessíveis para mulheres trans e travestis idosas. Mesmo após décadas de trabalho, muitas vezes informal, como a prostituição, a contribuição à previdência é dificultada. Como declara Pitty, com orgulho e lucidez: "Eu fui puta há muitos anos", mas hoje se vê sem condições de se aposentar.

A enchente que devastou o Rio Grande do Sul em maio de 2004 não inaugurou uma crise, apenas aprofundou desigualdades já existentes. Travestis e pessoas trans foram deixadas para trás, ignoradas pela Defesa Civil, sem acesso a abrigos, alimentação ou qualquer tipo de auxílio. Pitty relembra o caso de uma travesti de 64 anos, ignorada pelos socorristas e resgatada apenas por esforço comunitário: "Tivemos que tirar ela com uma retroescavadeira". A omissão do Estado, longe de ser pontual, é sistemática.

Segundo Acselrad, Mello e Bezerra (2011), a justiça climática só pode ser pensada a partir das desigualdades sociais preexistentes. A denúncia de Pitty reforça essa crítica: "Se aqui tem alguma que ganhou algum benefício do governo, que me diga. Eu não conheço nenhuma". O acesso às políticas públicas é negado ou dificultado, especialmente para travestis negras e soropositivas.

A calamidade apenas evidencia o que já está posto: o preconceito institucional se atualiza e se intensifica nos momentos de crise. "Principalmente se é travesti, negro, vivendo com HIV, morando no gueto… parece que não existe nem pro SUS, nem pro SUAS, nem pra sociedade, nem pra ninguém", denuncia Pitty. Sendo assim, a justiça climática, para ser efetivamente justa, precisa dialogar com a justiça social, racial, de gênero e territorial. Não basta reconhecer a emergência ambiental; é preciso escutar os sujeitos historicamente marginalizados.

Transfobia, necropolítica e resistência

Essa sobreposição de negações, por identidade de gênero, raça, sorologia e território, evidencia a gestão diferencial da vida e da morte, que Mbembe (2018) associa à necropolítica, onde há uma decisão política sobre quem pode viver com dignidade e quem será condenado ao esquecimento. Travestis negras, soropositivas e periféricas são transformadas em corpos excedentes, descartáveis, e mantidas à margem mesmo diante de emergências climáticas.

Butler (2018) contribui para essa análise ao propor a precariedade como uma condição universal, mas distribuída de maneira desigual. A precariedade torna-se política quando o Estado define quais vidas são dignas de proteção e quais podem ser abandonadas. No caso das travestis idosas e racializadas, a precariedade é agravada pela recusa do reconhecimento. Elas sequer são percebidas como "vítimas legítimas" ou "passíveis de luto".

O Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020, elaborado pela ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil e pelo IBTE - Instituto Brasileiro Trans de Educação, corroboram com essa análise:

> A estimativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos. Esta é uma média que vai diminuindo conforme os marcadores que constituem a pessoa se mostram presentes nas cicatrizes que ela carrega em seu corpo. Ser negra, mulher trans ou travesti, periférica ou favelada, do interior, faz esta média cair muito. Corpos trans não são apenas trans, são negros, gordos, de pessoas com deficiência, intersexo, pessoas vivendo com HIV+ e todas as outras identidades que carregamos. Esses marcadores nos expõem ao risco aumentado de violência, principalmente ao assassinato (Antra; Ibte, 2021, p. 47).

Pitty ironiza: "Quando eu tiver uma filha, vou botar o nome dela de inclusão". A frase sintetiza sua crítica ao discurso oficial que, embora mobilize palavras como inclusão e equidade, não alcança as travestis velhas, negras e empobrecidas. Existe um abismo entre o papel das políticas públicas e a realidade de quem está na base da pirâmide social. A ausência de interseccionalidade

nas formulações e execuções das políticas públicas reforça a exclusão estrutural e alimenta a invisibilidade institucionalizada, uma forma silenciosa, mas persistente, de violência.

Mesmo diante do abandono, Pitty afirma com firmeza: "Não estou aqui me fazendo de coitada". Pitty é uma mulher potente e corajosa, e sua voz expressa essa potência e coragem. Ela reivindica não apenas a sobrevivência, mas o direito à dignidade, e que seja agora. Ainda, alerta que novas enchentes virão e, se nada for feito, as travestis continuarão sendo as mais atingidas. A vulnerabilidade climática não é neutra; ela se sobrepõe às vulnerabilidades sociais já existentes.

> A Costa Doce ainda tem muitas travestis que estão desassistidas. Foram atingidas, perderam o barco, perderam toda a estrutura. O próprio sindicato dos pescadores ajudou todos os jovens pescadores a esquecerem do fulano e do fulano. Não deram assistência pra eles — por serem dois homens trans.

Outro relato que evidencia que o preconceito, mesmo em meio ao desastre, não dá trégua. Pelo contrário, a discriminação se intensifica em contextos de calamidade. Como afirma Pitty, "o preconceito dentro da enchente foi pior do que o que a gente sofre todo dia". E, ainda assim, ela conclui: "A gente não desiste. A gente vai continuar".

Pitty faz um chamado: "[…] acho que tá na hora de a gente criar políticas públicas sobre essa pauta, criar alguma alternativa pro governo rever essa população. As conferências estão aí [...]". Sua fala não é um apelo à caridade, mas uma demanda democrática. A provocação final é, na verdade, um chamado político: "Que o governo faça campanhas e políticas públicas. Que o governo tenha um olhar!".

Considerações finais

O relato de Pitty Barbosa Serrano transcende o testemunho individual, pois carrega em si a memória coletiva de décadas de resistência em um país que insiste em negar a existência das

velhices travestis. Sua fala é um chamado, firme, crítico e afetivo, para que se olhe para aquelas que foram apagadas dos registros, das estatísticas e das políticas públicas.

Ao declarar-se uma "avó maravilhosa", mesmo sem o reconhecimento do Estado ou da sociedade, Pitty reivindica um lugar que lhe é negado. Esse gesto é mais do que simbólico: é um ato de resistência e (re)existência. Reivindicar-se como avó, como cuidadora e como mulher envelhecente é romper com a lógica cisnormativa, etarista e higienista que estrutura o imaginário social.

O etarismo, nesse contexto, reforça o não-lugar das velhices trans nas políticas públicas e no cuidado intergeracional, criando barreiras à existência digna e à construção de uma memória coletiva que reconheça essas vidas como dignas de serem lembradas, cuidadas e celebradas.

Observa-se que a enchente de maio de 2024, que devastou o Rio Grande do Sul, não inaugurou as desigualdades. Quando o Estado falha, não é apenas por omissão, mas por decisão. A ausência de políticas públicas específicas, a invisibilidade nos espaços institucionais e a recusa em reconhecer a dignidade dessas vidas revelam uma estrutura de poder que escolhe quem é salvo, quem é lembrado e quem é descartado.

Por fim, o etarismo, a transfobia, o racismo e a sorofobia se entrelaçam e produzem uma política de morte. Diante disso, a existência de Pitty é, por si só, um ato político. Sua fala reivindica o lugar de avó, de mulher trans, negra, idosa e viva, ela nos obriga a repensar o que entendemos por justiça.

Referências

ACHENBAUM, W. A. A History of Ageism Since 1969. **Generations:** Journal of the American Society on Aging, vol. 39, no. 3, 2015, pp. 10–16. JSTOR. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/26556123. Acesso em: 4 dez. 2024.

ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil; IBTE - Instituto Brasileiro Trans de Educação. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021 Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf/. Acesso em: 02 nov. 2024.

AREOSA, S. V. C.; CRUZ, L. P. da. Vulnerabilidades da população idosa no Brasil: desafios para uma sociedade inclusiva. **Redes,** Santa Cruz do Sul, n. 1, p. 1-30, 2024. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/19923/. Acesso em: 22 mar. 2025.

BUTLER, J. **Quadro de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

"Onde a Travesti Vai Morar?": luta por moradia, dignidade e justiça climática

Sara Gonçalves
Lívia Pacheco da Cruz

Introdução

Este capítulo apresenta a experiência e a trajetória militante de Sara Gonçalves, ou Sarita, como prefere ser chamada, uma mulher travesti, de 62 anos, militante histórica pelo acesso à direitos da população LGBT+ e articuladora da política estadual de moradia para a população LGBT+. Sarita conecta sua trajetória pessoal ao coletivo da moradia no Rio Grande do Sul, e entrelaça com reflexões sobre política pública, interseccionalidade e justiça climática.

Ao narrar sua experiência como coordenadora de abrigo durante as enchentes, e como representante estadual da pauta da habitação LGBT+, Sarita constrói uma análise crítica da omissão do Estado e da resistência organizada como forma de sobrevivência, bem como os desafios do acolhimento em situações de emergência, e a urgência da criação de casas de convivência para travestis e mulheres trans 50+.

Este texto foi produzido, a partir da fala apresentada no Seminário Nacional sobre Justiça Climática, População Trans e Travesti: Direitos e Resistências em Tempos de Desastres Socioambientais, e da narrativa construída a partir de conversas e reflexões compartilhadas entre Sara Gonçalves (Sarita) e Lívia Pacheco da Cruz[1].

[1] Nota: Lívia redigiu o texto com base nas memórias e palavras de Sarita, que acompanhou todo o processo, revisou e autorizou a versão final do texto.

Emergência climática e moradia como direito fundamental

A Constituição Federal de 1988 reconhece a moradia como direito social fundamental (Art. 6º), mas tal direito segue sendo negado às pessoas trans e travestis, especialmente na velhice. Sarita recorda o nascimento do coletivo de moradia LGBT+ em 2017, como resposta à exclusão sistemática da população travesti e trans das políticas habitacionais. "A travesti tem que estudar, tem que trabalhar... Mas onde ela vai morar?", questiona Sarita.

A ausência de políticas de moradia inviabiliza qualquer outro projeto de dignidade. Como reforça Raquel Rolnik (2015), a negativa ao direito de moradia é uma negação do direito à moradia expressa umas das formas mais concretas de desigualdade que estruturam os espaços urbanos. A partir dessa lacuna, o coletivo passou a dialogar com movimentos tradicionais de luta por moradia e a conquistar avanços concretos: 20 casas em Rosário do Sul, 15 apartamentos em São Leopoldo e ocupações em Porto Alegre. Ainda que insuficientes, representam conquistas políticas.

Sarita lembra que muitas mulheres trans envelhecem em situação de vulnerabilidade, com corpos siliconados e adoecidos, sem acesso à aposentadoria ou moradia segura. A pauta da moradia é, portanto, também uma pauta interseccional. Conforme Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade é uma análise do poder que revela como as desigualdades estão interligadas e moldam a vida das pessoas de maneira simultânea, ou seja, as políticas precisam reconhecer as múltiplas formas de opressão que incidem sobre os corpos, como a idade, gênero, raça, deficiência e sorologia.

Durante as enchentes, Sarita, apesar de ter sido afetada diretamente, coordenou um abrigo com mais de 2 mil pessoas, incluindo apenas seis LGBT+, das quais três eram travestis. Ela denuncia o apagamento da presença trans nesses espaços, provocado pelo preconceito e pela violência institucional. "Onde a população LGBT+ foi parar?", questiona Sarita.

Mesmo sem suporte adequado, enfrentando cansaço extremo e perdas pessoais, Sarita liderou a organização do abrigo e sustentou o

coletivo apesar da dor individual. “Eu era uma mulher trans cuidando de um abrigo, num lugar onde o portão fechava às dez da noite e as meninas que estavam na rua não podiam mais entrar. Era um abrigo excludente, porque não entendia nossas realidades”.

Essa experiência revela, como destaca Acselrad, Mello e Bezerra (2011), que as catástrofes ambientais reproduzem e intensificam desigualdades preexistentes. A ausência de uma política pública específica para pessoas LGBT+ em contextos de emergência transforma os abrigos em espaços de exclusão e risco. Sarita relembra ter mediado conflitos em outro abrigo onde travestis eram hostilizadas por conta de suas expressões corporais, suas roupas ou sua forma de sobrevivência.

Política, reivindicação de direitos e interiorização da luta

A atuação de Sarita não se restringe ao campo emergencial. Em diálogo com o Ministério das Cidades e com a contribuição na construção da Carta Climática da População LGBT+, ela reivindicou a inclusão da população trans nos programas como Minha Casa Minha Vida. Um documento foi emitido garantindo essa inclusão, mas ela lembra que “ainda são poucas as que têm casa para morar”.

Em 2013, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR (Brasil, 2013), lançou uma série de cadernos denominados “Por uma Cultura de Direitos Humanos”, e reafirma que a moradia adequada é um direito humano reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e que a moradia é condição básica para o exercício da cidadania e de uma existência digna.

O texto aponta que para entender o direito à moradia adequada é necessário entender que ele é composto por três elementos: liberdades, garantias e proteções, quais sejam:

> O direito à moradia adequada inclui, mas não se limita, às seguintes *liberdades*:

> ● Proteção contra a remoção forçada, a destruição arbitrária e a demolição da própria casa;
> ● O direito de ser livre de interferências na sua casa, à privacidade e à família;
> ● O direito de escolher a própria residência, de determinar onde viver e de ter liberdade de movimento.
> O direito à moradia adequada inclui, mas não se limita, às seguintes *garantias*:
> ● Segurança da posse;
> ● Restituição da moradia, da terra e da propriedade;
> ● Acesso igualitário e não discriminatório à moradia adequada;
> ● Participação, em níveis internacional e comunitário, na tomada de decisões referentes à moradia.
> Por fim, o direito à moradia adequada também inclui *proteções*:
> ● Proteção contra remoção forçada é um elemento-chave do direito à habitação adequada e está intimamente ligada à segurança da posse (Brasil, 2013, p. 14).

Casas de acolhimento seriam passos importantes para ter acesso à moradia adequada. Sarita relata que a maioria das travestis que perderam tudo, ficaram desassistidas. Muitas foram parar embaixo de pontes. "Os alugueis sociais não chegam para nós", destaca Sarita. "A gente tem que brigar com a prefeitura para conseguir um *voucher* de abrigo e nos colocam em pensões perigosas, sem acolhimento, com violência", denuncia Sarita.

Sua denúncia sobre a assistência precária em Porto Alegre, como o caso do *voucher* de hospedagem que colocava LGBT+ em pensões sem acolhimento, revela a fragilidade das medidas emergenciais e a negligência das gestões locais. A morte de um homem *gay* num incêndio em uma dessas hospedagens é o símbolo trágico dessa política de descaso.

Como lembra Silvia Federici (2019), a casa, ou seja, o espaço doméstico, também pode se constituir como território de resistência e disputa política e poder. Assim, o controle sobre a moradia é uma forma de controle sobre a própria vida.

Sarita reforça que o interior do estado foi esquecido nas ações emergenciais. A centralização dos apoios em Porto Alegre ignorou cidades da fronteira e comunidades isoladas. Ela propõe a criação

de políticas públicas itinerantes, capazes de chegar aos territórios mais afastados, e exige um olhar transversal para os diferentes contextos vividos pelas pessoas trans e travestis, salienta Sarita:

> A gente não se vê dentro do município, dentro dos abrigos. Mesmo em São Leopoldo, onde eu nasci e cresci, não tem mapeamento. Faltam dados. Faltam políticas. As pessoas acham que a enchente nos levou embora, mas a verdade é que a exclusão veio antes da água.

Como aponta Ermínia Maricato (2017), as políticas urbanas no Brasil ignoram as cidades médias e pequenas, e acabam por aprofundar as desigualdades entre centro e periferia do território nacional. Sendo assim, a implementação de políticas públicas habitacionais descentralizadas é uma necessidade para reconhecer a diversidade territorial como dimensão da justiça social.

Por fim, Sarita destacou que a criação de casas de convivência para mulheres trans e travestis 50+, que dependem da articulação com o poder público, empresas e padrinhos solidários, surge como uma alternativa concreta. As velhices trans e travestis não podem continuar sendo ignoradas. "É preciso ter um lugar para envelhecer com dignidade. A maioria de nós não tem família, não tem aposentadoria, não tem casa. Só tem umas às outras", salienta.

Ela reforça que essa proposta nasce da escuta entre pares: "A gente começou a se pensar, principalmente as travestis com mais de 50, mais de 60 anos, as pessoas com deficiência... A gente se preocupa, porque a população LGBT+ também envelhece, vai envelhecendo. E ninguém pensa nisso".

Portanto, assegurar o direito à moradia e ao cuidado, também nas cidades do interior, é garantir que pessoas trans e travestis envelheçam com dignidade, segurança e pertencimento.

Considerações finais

A trajetória de Sarita, marcada pela resistência cotidiana e pela articulação política, revela que a luta por moradia vai muito além do acesso a um teto, pois trata-se de disputar o direito à dignidade,

à memória e à permanência nos territórios. Sua atuação durante as enchentes de 2024 e seu engajamento na formulação de políticas públicas evidenciam que as pessoas trans e travestis, especialmente as idosas, seguem sendo excluídas das respostas institucionais, mesmo em contextos de emergência.

O relato de Sarita denuncia a ausência do Estado, a precariedade das políticas habitacionais e a violência promovida pela negligência. Ao mesmo tempo, sua ação demonstra que, mesmo diante do descaso, é possível construir alternativas comunitárias, formular propostas concretas e reivindicar pertencimento. Como afirma Sarita, "a gente luta porque é isso ou morrer. Mas a gente quer mais do que sobreviver. A gente quer viver com dignidade".

A experiência narrada neste capítulo aponta para a urgência de políticas públicas interseccionais e territorializadas, capazes de reconhecer as especificidades das velhices trans e travestis e das formas plurais de habitar. Criar casas de convivência, ampliar os instrumentos de acesso à moradia e garantir a proteção de pessoas trans em situação de calamidade não são atos de caridade, são direitos.

Por fim, Sarita nos convoca a um olhar mais amplo sobre o que significa envelhecer sendo travesti, pobre, periférica e excluída. Sua fala não é apenas um testemunho, mas uma pedagogia da resistência, como propõe bell hooks (2024), pois ensina que o cuidado, à moradia e a justiça climática precisam ser compreendidos como direitos, e que é preciso construir políticas desde as margens, com quem conhece na pele os efeitos do abandono.

Referências

ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, **DF: Senado, 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm/. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada.** Brasília. Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225430/. Acesso em: 30 abr. 2025.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2024.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2017.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

Vivências de Uma Catadora:
um relato de vida trans em tempos de crise socioambiental

Luciana Cardoso Bezerra
Lívia Pacheco da Cruz

Introdução

Este relato apresenta a história de vida de Luciana Cardoso Bezerra, mulher transexual, migrante e trabalhadora da reciclagem. Sua trajetória é marcada por exclusão social, situações de abandono e precariedades, mas também por resistências e vínculos comunitários. A condição das vidas trans, frequentemente precarizadas, é acentuada pela negação sistemática de direitos e pelo acesso desigual às redes de proteção.

Como aponta Butler (2018, p. 46), a precariedade pode ser compreendida como uma "condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficiente e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte". Diante desse cenário, tornam-se urgentes os relatos que evidenciam experiências de resistência, autonomia e organização coletiva.

A proposta é valorizar saberes, afirmando a legitimidade de narrativas produzidas por sujeitos historicamente invisibilizados, sobretudo, em contextos de injustiça social e climática.

Este texto foi produzido a partir de uma fala apresentada no Seminário Nacional sobre Justiça Climática, População Trans e Travesti: Direitos e Resistências em Tempos de Desastres Socioambientais, e da narrativa construída a partir de conversas e

reflexões compartilhadas entre Luciana Cardoso Bezerra e Lívia Pacheco da Cruz[1].

Um novo começo em Porto Alegre

Natural de São Francisco do Maranhão, Luciana mudou-se para Porto Alegre em março de 2021, após viver em Brasília e enfrentar o desemprego durante a pandemia. A viagem foi motivada pela promessa de acolhimento feita por um conterrâneo. Contudo, ao chegar à capital gaúcha, Luciana se viu abandonada na rodoviária, sem apoio, sem abrigo e em uma cidade desconhecida.

Por três meses, viveu em situação de rua, enfrentando não apenas o frio e a fome, mas também o risco constante a sua integridade física e emocional. "Mas nunca aceitei essa situação. Fui ao CAPS — Centro de Atenção Psicossocial, e procurei ajuda porque estava entrando em depressão", relata Luciana.

Esse abandono inicial representa mais do que uma experiência individual: é reflexo de uma estrutura social que, por vezes, expõe as pessoas trans a migrações forçadas. Pelúcio (2009) aponta que a mobilidade das travestis pelo território nacional não é, na maioria das vezes, fruto de escolha livre, mas sim de estratégias de sobrevivência frente à rejeição familiar, à violência e à marginalização nos locais de origem.

Nessa mesma direção, Trevisan (2018) afirma que a exclusão social empurra a população trans para os vazios institucionais, obrigando-a a se mover e a buscar espaços onde, ao menos, possam sobreviver com alguma dignidade. Observa-se que a ausência de redes de acolhimento institucionais e a falta de políticas de habitação popular sensíveis às questões de gênero revelam o quanto o Estado permanece ausente na vida dessas populações.

[1] Nota: Lívia redigiu o texto com base nas memórias e palavras de Luciana, que acompanhou todo o processo, revisou e autorizou a versão final do texto.

Trabalho, educação e resistência coletiva

Ao recorrer aos serviços de saúde, Luciana foi atendida por um terapeuta ocupacional que desempenhou um importante papel na sua reestruturação material. Com apoio e orientação, ela teve duas oportunidades de trabalho. Trabalhar na Cootravipa — Cooperativa de Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre, que atua nos segmentos privado e público, prestando serviços de limpeza, ou na Unidade de Triagem Atut São Pedro, localizada no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Identificando-se com a reciclagem, iniciou o trabalho em outubro de 2021, na Unidade de Triagem.

Luciana permanece até o presente momento desenvolvendo essa atividade e destaca que, embora o trabalho de catadora ainda seja mal visto por muitas pessoas, foi responsável por transformar sua vida. A partir do trabalho como catadora, Luciana alugou uma casa, adquiriu mobília, retomou sua autoestima e iniciou sua transição de gênero.

A reciclagem, que por vezes é vista como trabalho marginal, revelou-se uma potente ferramenta de reinserção social. Observa-se que a atividade dos catadores, embora socialmente estigmatizada, cumpre papel estratégico no desenvolvimento sustentável urbano e representa, para muitos, uma via concreta de reconstrução da autoestima, qualidade de vida e da cidadania (Baldim, *et al*., 2020).

Para Coelho e Godoy (2011), os empreendimentos solidários, como as cooperativas de reciclagem, podem ser compreendidos como arranjos organizacionais capazes não apenas de promover a inserção de populações marginalizadas na formalidade, mas também de influenciar positivamente as dimensões sociais e políticas da vida dos trabalhadores envolvidos. No caso de Luciana, o espaço de trabalho foi também espaço de reconstrução subjetiva, de pertencimento e de transformação.

Luciana destacou-se de tal forma que foi convidada a participar de cursos de educação ambiental, educação social e

secretariado, promovidos pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Em novembro de 2024, passou a integrar o Comitê de Luta dos Catadores de Porto Alegre, representando sua unidade de triagem. Essa mobilização coletiva a levou a participar da Exporcatador, maior evento sobre economia circular inclusiva, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos da América Latina, realizado em São Paulo, com a caravana do Rio Grande do Sul. Nesse espaço, teve contato com histórias inspiradoras e fortaleceu sua consciência política.

A experiência educativa se articula à luta política. Como defende hooks (2024), a educação como prática da liberdade permite às pessoas questionar e desafiar o *status quo*. O acesso à formação e à militância tem permitido que Luciana amplie sua capacidade de intervenção social, ao mesmo tempo em que fortalece os vínculos com sua comunidade e inspira outras mulheres trans.

Lutas por direitos em tempos de desmonte

O momento atual é de preocupação com a possibilidade de privatização da coleta de resíduos em Porto Alegre. Luciana e suas companheiras e companheiros de luta têm se mobilizado para defender o trabalho dos catadores e visibilizar a importância da reciclagem popular. Com o apoio de profissionais, como a advogada Paula Garcez e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), conquistaram visibilidade e respaldo da sociedade civil.

Para Gaiger (2013), a economia solidária se apresenta como possibilidade de inserção social e econômica onde o mercado e o Estado falham, sobretudo, entre os setores historicamente marginalizados, bem como no campo político. A luta de Luciana exemplifica essa inserção, ao reivindicar o reconhecimento da reciclagem como prática legítima de trabalho e cidadania.

É importante lembrar que a disputa por reconhecimento e por políticas públicas integra a agenda da justiça ambiental, pois a justiça ambiental não se resume à distribuição equitativa dos bens

ambientais, mas inclui o reconhecimento político e cultural de grupos vulnerabilizados, bem como de que os riscos ambientais são atos políticos (Acselrad; Mello; Bezzera, 2011).

O enfrentamento da privatização da coleta é, portanto, também uma luta contra o apagamento dos catadores enquanto sujeitos políticos fundamentais para a sustentabilidade urbana. Nesse sentido, merecem destaque as análises presentes no capítulo "Do lobby às políticas públicas: os desafios para a incidência popular nas políticas públicas ambientais", inserido nesta obra, que contribui para compreender os entraves à participação popular nos processos de tomada de decisões.

Considerações finais

A história de Luciana nos ajuda a compreender como certos corpos são constantemente tratados como "vidas descartáveis". São vidas não passíveis de luto, como diria Butler (2018, p. 20) "há vidas que não são consideradas vidas em absoluto, são entendidas como não merecedoras de luto e, por isso, como não inteiramente vivas".

Ao se inserir na reciclagem, ao reivindicar formação e ao lutar por políticas públicas, Luciana inverte essa lógica, transformando o lixo em vida e a exclusão em potência.

Além disso, sua atuação em tempos de crise climática revela que são justamente os mais afetados pelas catástrofes que têm protagonizado respostas imediatas e eficazes. A ausência do Estado é compensada por ações de solidariedade, redes comunitárias e experiências de autogestão. Essas práticas reafirmam que a justiça climática só será efetiva se for interseccional, considerando raça, gênero, classe e território.

Luciana é exemplo de como a dignidade não é um dado, mas uma conquista diária, construída no enfrentamento das múltiplas formas de opressão. Sua trajetória reforça a necessidade de políticas públicas inclusivas e de uma sociedade que reconheça, respeite e valorize todas as formas de vida.

Referências

ACSELRAD, H. *et al*. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BALDIM, M. L. L. S. *et al*. Catadores de materiais recicláveis: uma análise sobre a conquista de seus direitos e contribuições para o desenvolvimento sustentável. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 17, p. 364-375, 2020. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3888. Acesso em: 23 abr. 2025.

BUTLER, J. **Quadro de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COELHO, D. B.; GODOY, A. S. De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 721–749, jun. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/QhdHwvFMdm73QsJxG8BRkWp/. Acesso em: 13 mai. 2025.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, p. 211-228, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/MRR5qdXQ7q6DHZLH3VnMVLN/?lang=pt. Acesso em: 18 mai. 2025.

hooks, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2024.

PELÚCIO, L. "Sin papeles" pero con glamur. Migración de travestis brasileñas a España (Reflexiones iniciales). **VIBRANT – Virtual Brazilian Anthropology**, v. 6, n. 1, p. 170-197, 2009. Disponível em: http://vibrant.org.br/downloads/v6n1_pelucio.pdf. Acesso em: 06 mai. 2025.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade. 4. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Ajudatrans-RS: Rede de afeto, cuidado e resistência

Tainã Caye Dahlem

Introdução

Este capítulo apresenta os fluxos de trabalho implementados por meio da ação AjudaTrans-RS, uma iniciativa voltada ao acolhimento e apoio à população trans afetada pelas enchentes no estado do Rio Grande do Sul. A escrita parte do olhar de uma pessoa transmasculina, residente em uma das cidades mais devastadas pela tragédia. Embora sua residência não tenha sido diretamente atingida, a vivência local e contribuição no projeto de modo voluntário, oferece uma perspectiva sensível e situada sobre os impactos enfrentados pela comunidade trans no estado e as estratégias construídas coletivamente no projeto.

O AjudaTrans-RS nasceu da iniciativa do casal transcentrado de artistas e comunicadores, Luka Machado e Gustavo Deon, em resposta à urgência de enfrentar a transfobia estrutural, em um momento de extrema vulnerabilidade, vivenciado pela população trans atingida pelas enchentes no estado do Rio Grande do Sul. Com a ampla divulgação nas redes sociais, foi possível realizar um mapeamento de pessoas trans diretamente atingidas pelas enchentes e, concomitantemente, pessoas trans dispostas e com possibilidade para auxiliar, de maneira voluntária, nesse cuidado e no fortalecimento de uma rede de apoio para com a comunidade trans.

A logística da ação: mobilização e acolhimento trans

Diante de todo o transtorno e inseguranças que as enchentes causaram em todos, é importante ressaltar que os impactos foram diferentes conforme a classe social, a cor/raça, o gênero e a região da residência. Sabemos que a rede de apoio e garantia de direitos é fundamental para que vivamos com dignidade. Infelizmente a

transfobia estrutural, apesar de invisibilizada, nos atinge diariamente. Referente ao ano de 2024**:**

> Apesar de uma redução de 16% nos casos de assassinatos de pessoas trans em relação ao ano anterior, o cenário permanece adverso, sem políticas públicas efetivas para combater essa violência. Isso se torna evidente ao observar que, mesmo com a diminuição nos dados registrados pela pesquisa, o Brasil segue, pelo 16º ano consecutivo, como o país que mais assassina pessoas trans no mundo. A vítima mais jovem tinha apenas 15 anos, e o perfil das vítimas permanece alarmante: majoritariamente jovens trans negras, empobrecidas, nordestinas e assassinadas em espaços públicos, com requintes de crueldade (Antra, 2025, p. 9).

O primeiro passo para colocar o enfrentamento em prática, diante da tragédia política e climática que acometia todo o Rio Grande do Sul, foi criar um mecanismo capaz de aproximar pessoas trans afetadas pela enchente de pessoas trans dispostas a trabalhar voluntariamente para ajudar. Foi pensado em fazer todo o mapeamento somente com e para pessoas trans, justamente pela invisibilidade dessa população e por acreditar que por todes sermos trans haveria mais empatia e confiança mútua. Foi elaborado um formulário *online* para que as pessoas trans preenchessem, informando a necessidade de ajuda ou se colocando como voluntário. Os voluntários poderiam se inscrever de outros estados, mas era imprescindível que fossem trans, com esses dados foi compilado um mapeamento.

A divulgação dos formulários e ideia da ação iniciou nas redes sociais dos idealizadores Luka (@_lukkam) e Gustavo (@Gus_deon) e se espalhou rapidamente, oferecendo a possibilidade de pessoas físicas ou jurídicas realizarem doações especialmente através de chave pix, pois inicialmente não tínhamos espaço adequado para armazenar as doações físicas.

O mapeamento, inicialmente, seguiu três frentes, utilizando como principal instrumento o formulário *online*. Um formulário destinado a pessoas trans interessadas em contribuir no trabalho, outro específico para pessoas trans formadas em Psicologia, dispostas a fazer atendimentos e um terceiro para pessoas que

estavam enfrentando maiores dificuldades por conta das enchentes. Havia perguntas em comum em todos os formulários como: Nome; Pronome; Raça; Identidade de Gênero; Pessoa com deficiência(s) e qual(is); Idade; Cidade; Contato.

No caso das pessoas trans voluntárias, era perguntado sobre veículo próprio e se poderia utilizá-lo; sobre a possibilidade de ajudar na limpeza das casas e a disponibilidade na semana; sobre a possibilidade de abrigar pessoas em casa, caso sim, quantas pessoas, além de um espaço onde o voluntário poderia escrever como gostaria de ajudar. Para profissionais da psicologia, foi perguntado sobre a disponibilidade na semana e também a disponibilidade de atender presencialmente.

Ao longo dos dias recebemos a informação da existência da Resolução n. 011/2018, do Conselho Federal de Psicologia que determina que psicólogos estão impedidos de fazer atendimento a distância, a pessoas em situação de emergência e desastres. Na perspectiva do AjudaTrans, a Resolução é excludente diante da realidade vivida atualmente no Rio Grande do Sul, onde o acesso a diversos locais está comprometido, com estradas interditadas e pontes destruídas. A partir desse cenário, temos escutado as psicólogas e psicólogos trans que se inscreveram como voluntárias, procurando compreender como se sentem diante dessa normativa e se estariam dispostas a oferecer acolhimento às pessoas trans atingidas, contribuindo com esse suporte tão necessário.

Decidimos não expor pessoas trans em situação de grande vulnerabilidade a psicólogos/as cisgêneros, considerando que a transfobia e a exclusão ainda são realidades presentes, inclusive dentro do próprio campo da Psicologia. Evitar qualquer forma de violência, especialmente aquela que parte de quem deveria acolher, é uma premissa fundamental da ação.

O formulário dedicado ao mapeamento das pessoas continha perguntas específicas sobre Endereço, onde mora e/ou onde está; Necessidades; Chave pix; Contato. Os dados foram organizados em planilhas e nelas acrescentamos: Nível de urgência (urgente, moderado, seguro). Status (não necessita de apoio, aguardando,

atendendo, encaminhado e ajudado); quem é a pessoa da equipe de atendimento que está atendendo; se a pessoa foi conectada a uma psicólogue e qual; atualizações diárias em relação ao que foi feito.

Rede de apoio e resistência trans

Já estávamos habituados a enchentes eventuais, já havíamos mapeado os lugares, e as pessoas que sofrem com esses eventos climáticos, vinham e iam, eram quase esperadas. Porém, dessa vez foi diferente, a chuva chegou e quase esqueceu de ir embora, e da noite para o dia estávamos todos à deriva, procurando por um porto seguro, agarrados à solidariedade, confiando cegamente na humanidade das pessoas. Por um momento, pareceu que eram todos iguais e que não haveria hierarquias a botes salva vidas, uma roupa seca e um prato de comida. As enchentes levaram muito, destruíram quase tudo e quem estava a salvo e com o coração inquieto fez o que pode. Foi nessa maré de esperança que me voluntariei no Ajuda Trans, pelo ímpeto de fazer algo, especialmente por gente como eu, não posso negar. Lembro como se fosse ontem, estava já alguns dias no meio da correria no abrigo que me voluntariei, e permanecia dentro de um corpo que precisa de movimento e não conseguia olhar pela janela tanta angústia.

Cheguei no final da reunião virtual e recebi o que nem sabia que precisava, acolhimento. Não eram muitas pessoas, mas todas elas trans, de diferentes áreas de atuação e conhecimento, que se complementavam como em um abraço. Entendi que a rede de apoio começava entre nós mesmos e fortalecidos conseguiríamos alcançar pessoas trans, para além das pontes quebradas e das avenidas que mais pareciam rios. Pessoas trans que estavam fragilizadas e precisavam de muitas coisas, dentre elas, atenção. Um grupo que não media esforços. Com o compromisso de que a comunidade trans sairia dessa tragédia da melhor forma possível.

Arrisco dizer que já tínhamos um rascunho de como fazer para sobreviver. Enquanto pessoas trans, constantemente precisamos provar que somos pessoas e somos dignas de direitos humanos

como qualquer outra pessoa. Precisamos provar para nós mesmos que o gênero e o nome que nos foi dado ao nascimento, não condiz exatamente com o que somos e, depois disso, a jornada é longa para resistir e existir nesse mundo. Bonito relembrar, já há muito tempo, pessoas como nós já começaram a trilhar e agora, o Ajuda Trans, reforça, que no coletivo a gente consegue ir mais longe, juntes conseguimos nomear e registrar a nossa existência.

Houveram encontros presenciais dos quais não consegui participar, devido a distâncias e condições de transporte. Felizmente, esses encontros atravessaram o tempo e aconteceram periodicamente, como a vida reflorescendo e laços de amizade se fortalecendo entre pessoas trans.

Figura 1 – Reunião Presencial

Fonte: Arquivo Ajuda Trans (2024).

Um pouco mais sobre o que foi feito

O sentimento coletivo do Ajuda Trans foi, do início ao fim, guiado pelo desejo de que essa catástrofe acabasse logo e que nós, enquanto coletivo, sobrevivêssemos com o recurso necessário no máximo de tempo possível. Aqui, consigo trazer alguns dados do meio do caminho, mais especificamente do dia 17/05/2024, isso

acontece porque durante toda trajetória, o caos nos acompanhou e a organização precisou ser criada a cada passo. Então, nessa data, já haviam sido acompanhadas pelo Ajuda Trans 113 pessoas, todas que chegaram ao nosso conhecimento, buscando garantir o bem estar e segurança de todas elas. Nos organizamos para que cada um de nós fosse o contato de referência de cada pessoa atingida, com o intuito de fortalecimento de vínculo e evitar sobrecarga.

O valor transferido via pix e compras pontuais foi de R$ 27.989,79, como apoio às mais variadas demandas. Esse dado foi recortado no dia 17 de maio de 2024, e o projeto seguiu disponível e ativo para essas e possíveis novas pessoas que chegassem ao mapeamento, até o dia 29 de julho, do mesmo ano.

As pessoas atingidas pelas enchentes chegavam até o Ajuda Trans por meio de demanda espontânea que seria o formulário divulgado por redes sociais e também por busca ativa feita por equipes de mapeamento, abrigos e TransEnem. Nem é preciso dizer que nos conectamos a muitos coletivos e pessoas que são aliadas da população trans. Conforme os dados chegavam eram triados e direcionados para equipe e voluntários mais adequados para a situação.

As escutas foram realizadas a partir de dois protocolos, primeiramente: Enviar mensagem pelo *Whats* ou ligar para a pessoa que solicitou nossa ajuda, solidarizando-se, retomando os pedidos realizados e questionando se podíamos ajudar de mais alguma maneira. Após ouvir e acolher a pessoa, compilar sua demanda e estado para compartilhar no grupo, a fim de encaminharmos às soluções viáveis, buscando sempre viabilizar as demandas, se colocando à disposição, também, para outras demandas que poderiam surgir. E, por fim, a Escuta "final", que constava em: após um ou dois dias, enviar uma mensagem para a pessoa perguntando como ela estava. Depois de ouvir, caso ela já não tenha demonstrado precisar de ajuda e/ou solicitado nada, se colocar à disposição mais uma vez.

O AjudaTrans atuou em parceria com iniciativas como a Associação Vitória da Ilha do Pavão e a Cozinha Solidária da

Azenha (MTST/RS), para suprir demandas urgentes de água e alimentação, com distribuição de cestas básicas, galões de água e marmitas em Porto Alegre. Encaminhamentos de receitas foram feitos com apoio de profissionais médicos aliados à causa, enquanto pedidos de medicamentos e hormônios que não são urgentes, foram direcionados ao *e-mail* oficial do Ministério da Saúde, conforme orientação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Uma campanha de arrecadação de roupas foi iniciada recentemente, e doações já estão sendo distribuídas para pessoas em situação crítica. Também estão sendo produzidos *binders* sob demanda, com o trabalho voluntário de duas aliadas.

Diante do aumento das denúncias de transfobia em abrigos, cresce a necessidade de espaços seguros e transcentrados para acolher pessoas trans e suas famílias. A rede conta com voluntáries de diferentes áreas da saúde e serviço social, acompanhando casos individualmente e garantindo cuidado e segurança. Muitas pessoas trans ainda não puderam retornar às suas casas, devido ao alagamento contínuo ou à localização em áreas de risco. Para esses casos, o coletivo oferece apoio prático, com base na atuação de voluntáries trans já mobilizades. Por fim, articula-se uma parceria com o projeto Trans a Obra, especializado em reformas e serviços de manutenção, para atender demandas de reparo em casas de pessoas trans afetadas, garantindo, inclusive, que essas profissionais trans recebam pelo trabalho, reconhecendo tanto sua qualificação quanto o impacto das enchentes em suas vidas.

Considerações finais

A construção do AjudaTrans-RS nasce de uma urgência da catástrofe ambiental coletiva, mas principalmente do compromisso político com a vida das pessoas trans. O que começou como uma ação emergencial para enfrentar os efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul tornou-se uma rede de cuidado, escuta e resistência. Fortalecemos uma rede de pessoas trans para apoiar outras pessoas

trans, respeitando singularidades e garantindo, acolhimento, empatia e segurança.

Importante ressaltar que ainda não temos dados básicos oficiais sobre a população trans e, por muitas vezes, agindo contra a tentativa de diálogo e inclusão no planejamento de políticas públicas eficazes, por isso se faz tão necessário o trabalho de instituições como a Associação Nacional de Transexuais e Travestis. Fica o questionamento: até quando nós, pessoas trans, seremos menos gente?

Enquanto assistente social e pessoa trans, que o exercício profissional vai além do horário comercial e das instituições públicas, e se baseia na escuta ética, no respeito à autonomia e na luta diária por justiça social. Os princípios do nosso Código de Ética, como a defesa intransigente dos direitos humanos, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e o fortalecimento da democracia.

Diante da ausência de respostas do poder público e dos desafios que a tragédia trouxe, foi preciso criar alternativas de forma coletiva e com autonomia. Mesmo com todas as dificuldades, sabemos que não dá para permanecer neutro diante da transfobia que marca nossas vidas. Como assistente social, tenho o compromisso de uma sociedade mais justa.

As dificuldades foram inúmeras, porém nada sobrepõe a potência das pessoas trans lutando juntas e o apoio de pessoas aliadas, que reconhecem e valorizam a nossa existência. Além de tudo, reafirmo que o AjudaTrans promoveu e intensificou a autonomia, as redes e a força coletiva.

Referências

AJUDATRANSRS. **Apresentação compilada**. Rio Grande do Sul: AjudaTransRS, maio 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA. **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**.** Brasília: ANTRA, 2025. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf. Acesso em: 6 mai. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 11, de 11 de maio de 2018**. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP nº 11/2012. Brasília, 2018. Disponível em:https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/05/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-11-DE-11-DE-MAIO-DE-2018.pdf. Acesso em: 6 mai. 2025

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL **(CFESS).** CEP – **Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social**. Disponível em: Acesso em: 6 mai. 2025.

Autorias

Déborah Sabará
Coordenadora de Ações e Projetos na Associação Grupo Orgulho Liberdade e Dignidade (GOLD). Secretária Nacional de Direitos Humanos na Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Executiva da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Conselheira Nacional, representando a ABGLT no Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Conselheira Estadual do Espírito Santo no Conselho para a Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT+ do ES. Titular no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.
E-mail: goldlgbt@gmail.com

Daniel Morethson
Secretário Interino de Inclusão e Desenvolvimento Humano, com atuação voltada para a promoção dos direitos humanos, inclusão social e enfrentamento das desigualdades. Tem trajetória destacada na pauta da empregabilidade trans, desenvolvendo ações e políticas que fortalecem a cidadania, autonomia e geração de oportunidades para a população LGBTQIAPN+, especialmente pessoas trans e travestis.

Eduardo Saraiva
Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1993), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998), Doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007), Pós-doutorado em Psicologia Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2020). Professor Adjunto na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), atuando no ensino de graduação e no Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional

em Psicologia. Coordena o Laboratório de Práticas Sociais (LAPS/UNISC) e o Ambulatório Multiprofissional de Atenção à Saúde da População LGBTQIA+ (AMBITRANS/UNISC). Possui experiência em Psicologia, Psicanálise e suas articulações com Antropologia e Educação. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Subjetividades e Instituições em Dobras, do Grupo de Pesquisa Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades e do Grupo de Pesquisa Peabiru: Educação Ameríndia e Interculturalidade. Coordenador do projeto CLIMATRANS.

Glória Crystal
Glória Crystal é uma ativista com trajetória marcada pela defesa dos direitos humanos e pela promoção da cidadania da população LGBTQIAPN+. Atualmente, é Diretora Adjunta de Diversidade Sexual e Inclusão, onde atua na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+. Tem atuação destacada na pauta da empregabilidade de pessoas trans, com experiência anterior no SINE Municipal de Porto Alegre, fortalecendo ações de inclusão no mercado de trabalho.
E-mail: gloria-crystal@justica.rs.gov.br

Jodéli Fabiana Dreissig
Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Integra o Grupo da Pesquisa sobre Adolescências (GRUPAD, UNISC), vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde (GEPS). Atua como Bolsista de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC 2023/2024/2025) no projeto "PRODUÇÃO DE SENTIDOS ACERCA DA DROGADIÇÃO: panorama do uso de drogas sob o enfoque do adolescente e da família na intersecção do contexto escolar, PSE e CAPSia em Santa Cruz do Sul", no qual também foi bolsista voluntária (PUIC, 2022). É colaboradora e estagiária de projetos vinculados ao Ambulatório Multiprofissional de Atenção à Saúde da População LGBTQIA+ (AMBITRANS, UNISC, 2024/ 2025). Integra a equipe do projeto CLIMATRANS.

Julia Roberta Malacoski (Xuxa)
Travesti, ativista, atua em redes de cuidado coletivo e no fortalecimento das velhices trans no RS. Fundadora da Associação das Travestis e Transsexuais de São Leopoldo. Integrante do Conselho Municipal da Mulher de São Leopoldo.

Li Rassier de Andrade
Pesquisador de políticas públicas e participação cidadã, com foco em mobilização comunitária e incidência legislativa. Pesquisa gestão municipal de resíduos sólidos e atua na extensão de apoio às catadoras e catadores de materiais recicláveis no Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa/UFRGS. Mobiliza a Frente Pela Gestão de Resíduos Sólidos Participativa, o Coletivo Pró-catador e o Fórum de Educação Ambiental de Porto Alegre. Graduando em Administração Pública e Social na UFRGS.
E-mail: rassierdeandrade@gmail.com

Lívia Pacheco da Cruz
Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), com bolsa CAPES, e Mestra em Direito pela mesma instituição, na área de concentração em Direitos Sociais e Políticas Públicas. É especialista em Direito Previdenciário pela Escola Superior da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul (ESMAFE/RS), graduanda em Gerontologia pela Universidade Estácio de Sá (UNESA), graduada em Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), e licenciada em Sociologia pela Universidade Pitágoras Unopar. Atua como pesquisadora nas áreas de Políticas Públicas de Cuidado, Biopolítica e Velhices LGBTQIAPN+. Integra os Grupos de Pesquisa (CNPq/UNISC) "Democracia e Políticas Públicas (GEDEPP)"; "Envelhecimento e Cidadania (GEPEC)"; e "Identidade e Diferença na Educação". É integrante do projeto de extensão da UNISC "Ambulatório Multiprofissional de Atenção à Saúde da População LGBTQIA+ (AMBITRANS)". É professora no Curso Técnico em Recursos Humanos na Escola Estadual de Ensino Médio Pedro Rosa (RS), e

professora convidada na Pós-Graduação EAD da UNISC. Possui experiência no ensino e na pesquisa em temas relacionados a benefícios previdenciários, legislação trabalhista, seguridade social, envelhecimento, pessoa idosa, políticas públicas de cuidado, coordenação de projetos e supervisão de estágios. Advogada inscrita na OAB/RS, sob o n. 76.181, com atuação na área previdenciária.
E-mail: liviapachecoprof@gmail.com

Luci Léia Kühn
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde pesquisa o tema, "As Capacidades Estatais da Defesa Civil do Rio Grande do Sul na Gestão de Riscos e Enfrentamento a Eventos Extremos". Possui especializações em Algoritmos e Estrutura de Dados, além de Gestão de Riscos e Cibersegurança. É Bacharel em Direito pela UNICNEC Osório, com pesquisa voltada ao impacto ambiental dos parques eólicos sobre aves. Atua na interseção entre tecnologia, gestão de riscos e desenvolvimento regional, com foco em eventos extremos e governança. Além disso, é artista visual, desenvolvendo trabalhos que exploram a relação entre arte, espaço urbano e tecnologia. Desenvolve e faz parte do projeto "Novus Habitus, a primeira mineradora de e-waste do país no IFRS_ Osório".

Luciana Cardoso Bezerra
Catadora, mulher trans, liderança comunitária e integrante do Movimento Nacional e Estadual de Catadores de Materiais Recicláveis. Atua em defesa da dignidade do trabalho e justiça ambiental.
E-mail: lucianacardosobezerra019@gmail.com

Marina Reidel
Professora Arte Educadora. Mestra em Educação pela UFRGS. Foi Coordenadora da Diversidade Sexual do Estado do RGS e Diretora

de Políticas LGBTQIA do Governo Federal. Atualmente, é Coordenadora do Fundo LGBTQIA do Fundo Positivo.

Mario Luiz Soares de Freitas
Estudante de Psicologia e artista visual, e integra a equipe do AMBITRANS. Pesquisador "Do Ateliê à Cidade: Arte como Manifesto, Autonomia e Ocupação Cultural na Saúde Mental". Pesquisador no projeto "Narrativas sobre a dor e o sofrimento crônico e seus efeitos nas doenças neuro degenerativas". Bolsista PROLAB e PUIC. Integra a equipe do AMBITRANS, CLIMATRANS e CAPSII.

Markus Erwin Brose
Graduação em Agronomia pela Universidade Kassel/Alemanha (1988). Mestrado em Administração Pública, foco em governos locais, pela Universidade de Londres (2001). Doutorado em Sociologia, com foco em participação cidadã, pela Universidade de Osnabrück/Alemanha (2007). Especialização em Impactos Sociais da Mineração, Universidade Cambridge/Reino Unido e Queensland/Austrália (2010). Pós-Doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2015). Consultor GIZ, junto ao Governo do Rio Grande do Sul (1996-2002). Diretor Executivo da Ong. CARE Brasil (2005-2011). Diretor da empresa Floresta Reflorestamento Ltda/Acre (2012/14). Professor da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2016). Menção honrosa por livro no III Prêmio Ana Ribeiro (2017), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Coordena o Observatório de Inovação em Água e Clima no RS (UNISC).
E-mail: markus@unisc.br

Nina Acacio
Travesti, Amapaense, Arqueóloga e Antropóloga. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS).

Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC). Bacharela em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Bolsista de Doutorado da CAPES. Pesquisadora do Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi/UFRGS), e do Centro de Pesquisa Transfeminista (CPT). Integra a Rede de Estudos Trans e Travestis (RETT), Rede ELU (UFRGS) e o Coletivo TransENEM. Integra a equipe do projeto CLIMATRANS.

Nycollas Nitibailoff
Chefe de Divisão de Diversidade Sexual e Combate à Intolerância, atuando na promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+, e no enfrentamento às discriminações. Estudante de Serviço Social, com trajetória comprometida na defesa dos direitos humanos, especialmente da população trans. Ex-estagiário do Ambulatório Trans, onde fortaleceu sua atuação na promoção do acesso à saúde, cidadania e acolhimento de pessoas trans, travestis e não binárias.

Pitty Barbosa Serrano
Travesti e ativista. Coordena ações de visibilidade e enfrentamento ao etarismo e à transfobia no Sul do país. Atualmente é presidenta do Conselho de Direitos Humanos LGBTQIPA+/RS, Conselheira do Conselho da Mulher do RS. Secretaria geral da ANTRA e Coordenadora da ONG Igualdade Guaíba.

Sara Gonçalves (Sarita)
Travesti ativista na luta pela moradia. Fundadora da Rede Trans Brasil e integrante da ANTRA, atuou no Conselho Nacional de Saúde (2000–2003) e na criação do Disque 100, junto ao Ministério dos Direitos Humanos. Foi fundadora do grupo de apoio à diversidade de São Leopoldo (GAD), e, uma das fundadoras do fórum LGBT do município de São Leopoldo. Além disso, é fundadora do Coletivo pela Moradia LGBTQIA+/RS, organização que traz a necessidade de visibilizar e atuar no tema da habitação

para uma população que ainda sofre com a falta de acesso à moradia.

Tainã Caye Dahlem
Homem trans, morador de São Leopoldo, Assistente Social e Especialista em Atenção Básica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, representante do AjudaTrans. No período de enchentes de maio de 2024, contribui no abrigo Unisinos, no Ajuda Trans e no SOS RS.
E-mail: taidahlem@gmail.com

William Morethson
Atua no enfrentamento às desigualdades sociais e na promoção dos direitos LGBTQIAPN+, com ênfase no fortalecimento de redes de acolhimento, apoio e cuidado às famílias. Sua trajetória é marcada pela defesa dos direitos humanos, construção de espaços de escuta, inclusão e garantia de cidadania para a população LGBTQIAPN+.

"As exclusões vividas pela população trans e travestis precedem as enchentes. Quando a água passa, ela não leva apenas o que existia, mas também o que ainda nem foi conquistado. Ela leva histórias, memórias, documentos, sonhos. A água passa e destrói o que não havia sido alcançado: escolarização, casa, roupa, veículo. A tragédia, para pessoas trans e travestis, têm um peso diferente".

Deborah Sabara

Realização:

UNISC
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

AMBITRANS

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
Mestrado Profissional em Psicologia

Apoio:

Fundo POSITIVO
Saúde - HIV - Diversidade

Fundo POSITIVO LGBTQIA+
(re)existindo

Pedro & João Editores
20 AÑOS
pedrojoaoeditores.com.br

ISBN 978-65-265-2194-6